

LAUREM DE AGUIAR

O NÓ DA NOSSA SOLIDÃO

# SUICÍDIO E CAPITALISMO NO **BRASIL**



PUCRS

ALEXA  
CULTURAL

Laurem Janine Pereira de Aguiar

**O NÓ DA NOSSA SOLIDÃO:  
suicídio e capitalismo no Brasil**

A presente obra foi financiada pela



Laurem Janine Pereira de Aguiar

**O NÓ DA NOSSA SOLIDÃO:  
suicídio e capitalismo no Brasil**



Embu das Artes - SP  
2025

# COMITÊ CIENTÍFICO - ALEXA CULTURAL

## Presidente

Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

## Vice-presidente

Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

## Membros

Adailton da Silva (UFAM – Benjamin Constant/AM)  
Aldair Oliveira de Andrade (UFAM – Manaus/AM)  
Alfredo González-Ruibal (Universidad Complutense de Madrid/Espanha)  
Ana Cristina Alves Balbino (UNIP – São Paulo/SP)  
Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)  
Arlete Assumpção Monteiro (PUC/SP - São Paulo/SP)  
Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)  
Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano (Anhanguera – Osasco/SP)  
Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira (PUC/SP – São Paulo/SP)  
Claudio Carlan (UNIFAL – Alfenas/MG)  
Débora Cristina Goulart (UNIFESP – Guarulhos/SP)  
Denia Roman Solano (Universidad da Costa Rica)  
Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosário/Santa Fé – Argentina)  
Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP – São Paulo/SP)  
Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)  
Fábia Barbosa Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA)  
Gilse Elisa Rodrigues (UFAM – Benjamin Constant/AM)  
Fabiano de Souza Gontijo (UFPA – Belém/PA)  
Gilson Rambelli (UFS – São Cristóvão/SE)  
Graziele Acçolini (UFGD – Dourados/MS)  
Iraídes Caldas Torres (UFAM – Manaus/AM)  
Juan Álvaro Echeverri Restrepo (UNAL – Leticia/Amazonas – Colômbia)  
Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ)  
Karel Henricus Langermans (Anhanguera – Campo Limpo - São Paulo/SP)  
Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Salvador/BA)  
Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA)  
Lilian Marta Grisólio (UFG – Catalão/GO)  
Lucia Helena Vitalli Rangel (PUC/SP – São Paulo/SP)  
Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)  
Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina)  
Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM)  
María Teresa Boschín (UNLU – Luján/Buenos Aires – Argentina)  
Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)  
Michel Justamand (UFAM – Benjamin Constant/AM)  
Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)  
Paulo Alves Junior (FMU – São Paulo/SP)  
Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP)  
Renata Senna Garraffoni (UFPR – Curitiba/PR)  
Rita de Cassia Andrade Martins (UFG – Jataí/GO)  
Roberta Ferreira Coelho de Andrade (UFAM – Manaus/AM)  
Tharcisio Santiago Cruz (UFAM – Benjamin Constant/AM)  
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)  
Vanderlei Elias Neri (UNICSUL – São Paulo/SP)  
Vera Lúcia Vieira (PUC – São Paulo/SP)  
Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)

*Para Flora Aguiar Trentini, nossa sementeira*

© by Alexa Cultural

**Direção**

Gladys Corcione Amaro Langermans

Nathasha Amaro Langermans

**Editor**

Karel Langermans

**Capa**

Laurem Janine Pereira de Aguiar

**Revisão da Língua Portuguesa**

Sergio Trentini

**Revisão Técnica**

Maria Isabel Barros Bellini

**Editoração Eletrônica**

Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O720s O NÓ DA NOSSA SOLIDÃO: suicídio e capitalismo no Brasil. Laurem Janine Pereira de Aguiar. São Paulo: Alexa Cultural, 2025.

14x21cm -111 pgs

ISBN - 978-85-5467-646-9 - E-book em PDF

1. Serviço Social - 2. Suicídio - 3. Capitalismo - 4. Brasil - 5. Políticas Públicas. I - Aguiar, Laurem Janine Pereira de. II - Título. III - Bibliografia, IV - Sumário.

CDD - 360

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Índices para catálogo sistemático:

1. Serviço Social
2. Suicídio
3. Capitalismo

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610

É proibida a reprodução parcial ou integral sem a autorização da autora e/ou editora

---

**Alexa Cultural Ltda**

Rua Henrique Franchini, 256

Embú das Artes/SP - CEP: 06844-140

alexa@alexacultural.com.br

alexacultural@terra.com.br

Uma realidade que não é a do papel, mas que vive conosco e determina cada instante de nossas incontáveis mortes cotidianas, e que sustenta um manancial de criação insaciável, pleno de desdita e de beleza, e do qual este colombiano errante e nostálgico não passa de uma cifra assinalada pela sorte. Poetas e mendigos, músicos e profetas, guerreiros e malandros, todos nós, criaturas daquela realidade desaforada, tivemos que pedir muito pouco à imaginação, porque para nós o maior desafio foi a insuficiência dos recursos convencionais para tornar nossa vida acreditável. Este é, amigos, o nó da nossa solidão.

Gabriel García Márquez

## AGRADECIMENTOS

Ninguém nasce só. Surgimos do encontro de quem nos antecedeu, de nossos antepassados; somos geradas no corpo de outra pessoa; passamos anos da nossa vida sob a responsabilidade de outrem, até adquirirmos tempo suficiente para construir nossos próprios caminhos e encontros, com outras pessoas, em diferentes cenários que podem, ou não, ser agradáveis, intencionais ou compreendidos.

Tudo o que vestimos, comemos, habitamos e aprendemos é resultado de encontros, processos vividos e transformados. Agradeço a esses encontros que a vida me concedeu: a quem produziu subsídios e inspirações para esta escrita – em forma de arte, luta, diálogo, textos ou presença; ao Sistema Único de Saúde e às milhares de pessoas que o constroem todos os dias; aos movimentos e lutas sociais; aos estudantes e aos trabalhadores e trabalhadoras deste país.

Agradeço à família em que nasci – em especial à minha mãe, Jocelaine Mello, pelo incentivo e exemplo de perseverança; ao meu pai, Roberto de Aguiar, e aos meus irmãos e cunhadas Bruno de Aguiar, Manoela Beche, Vitor de Aguiar e Tassia Elsenbach; e à família que construo com meu companheiro, Sergio Trentini, que compartilha comigo este percurso com amor, parceria e apoio incondicional.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, programa de excelência na área, que foi e seguirá sendo referência nacional e internacional, mesmo após o seu encerramento. À Prof<sup>ta</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jane Cruz Prates, cuja liderança e trajetória iluminam o Serviço Social brasileiro e inspiram diferentes campos do conhecimento, além de ter contribuído, junto às professoras Dr<sup>a</sup>. Cláudia Weyne Cruz e Dr<sup>a</sup>. Lidyany de Lima Cavalcante, para a qualificação deste trabalho – a elas, meu sincero agradecimento.

À minha inspiradora e dedicada orientadora, Prof<sup>ta</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Isabel Barros Bellini, pelas orientações e pela generosidade de “puxar pra cima” quem tem a sorte de encontrá-la. Suas orientações ultrapassaram o campo da pesquisa, tecendo um diálogo constante entre o cuidado e a produção de conhecimento.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), pela viabilização desta pesquisa e publicação.

## PREFÁCIO

*Maria Isabel Barros Bellini*

Prezado/a leitor/a, o livro que temos em mãos é uma obra literária! Não estranhe, pois, sei que o título “O NÓ DA NOSSA SOLIDÃO: suicídio e capitalismo no Brasil” te faz duvidar dessa afirmação.

A obra aborda o suicídio em uma sociedade que desrespeita a dignidade da pessoa humana, destrói perspectivas, planos e sonhos, em que os repetidos “fracassos” e um cotidiano esvaziado de sentido encontram campo fértil para a desesperança. E, para abordar um tema que desconcerta, causa sofrimento e preocupação e ao mesmo tempo “cuidar” do/a leitor/a Laurem recorreu a música e a poesia que nos emocionam, mas também nos entristecem nas verdades gritadas em tons melódiosos. A música e a poesia nos conduzem gentilmente em um texto que nos assombra, um texto tão duro quanto humano, perturbador e urgente, e que reverbera dentro de nós, na indagação que abre a obra, “existirmos a que será que se destina?”

A riqueza dessa obra que tenho orgulho em prefaciá-la equilibra a arte e a pesquisa científica conduzida com extremo rigor e ética, equilíbrio que é possível somente para pessoas iluminadas e sensíveis como a Laurem, profissional ética, inquieta, incansável, desde sempre educadora e pesquisadora e que transpira e inspira poesia, música e sensibilidade. Essa sensibilidade nos ajuda a enfrentar a afirmação de que a morte por suicídio não é uma experiência individual, pois atinge nossa humanidade em uma sociedade que normaliza o sofrimento e a solidão.

Laurem denuncia a negligência do Estado em suas incipientes estratégias de enfrentamento ao suicídio expressas em campanhas que se repetem anualmente enquanto as vidas se esvaem diariamente e alerta que a solução não está em mais leis e protocolos pois o que está em questão é um modelo de sociedade em que a vida vale menos, o individualismo prevalece, a competição pauta as relações e a maximização do lucro é o projeto de vida.

A elaboração da tese que gestou esse livro, exigiu um processo investigativo com extensa pesquisa bibliográfica, análise de dezenas de documentos e estudos, mas também exigiu coragem e continência para lidar com a frustração, com a revolta e com a tristeza que transborda dos números, estatísticas e indicadores.

A obra O NÓ DA NOSSA SOLIDÃO: suicídio e capitalismo no Brasil é brilhante, ética, emocionante, revoltante e clama por nossa humanidade e nossa maturidade. É uma leitura fundamental para trabalhadores/as das políticas públicas, para guiar o debate acadêmico e para alertar a sociedade em geral.

Laurem é um acalanto, sopro de vida e força da natureza! Inspirada em Manuel de Barros, atrevo-me a uma licença poética: Laurem tem como instrumentos de trabalho: um abridor de amanhecer e um esticador de horizontes.

Orientar a tese que gestou essa obra foi mais do que uma tarefa pedagógica, foi um encontro amoroso e ético de duas mulheres pesquisadoras que não perderam suas almas e que se encontram na luta por um mundo melhor.

Maria Isabel Barros Bellini  
Novembro/2025

# SUMÁRIO

PREFÁCIO - <i>Maria Isabel Barros Bellini</i> .....	9
APRESENTAÇÃO - <i>Jane Cruz Prates</i> .....	13
1 A MATÉRIA VIDA .....	18
2 NOTAS SOBRE O CAPITALISMO .....	24
3 BRASIL: ENGENHO DE GASTAR GENTES .....	31
3.1 O desenvolvimento conservador, a democracia restrita, a dependência externa e a desigualdade social .....	34
4 NEOLIBERALISMO .....	48
5 ABERTURA DEMOCRÁTICA PARA O NEOLIBERALISMO NO BRASIL .....	55
5.1 Sarney e a Constituição de 1988 .....	56
5.2 Collor e FHC: a institucionalização do neoliberalismo .....	59
5.3 Governos Lula e Dilma .....	60
5.4 Golpe e restauração de classe .....	62
5.5 A radicalização autoritária e a pandemia como política de morte .....	64
6 SUJEITO NEOLIBERAL .....	67
7 O SUICÍDIO .....	77

8 GESTÃO DO SUICÍDIO.....	89
9 CAPITALISMO E SUICÍDIO NO BRASIL:	
Considerações finais.....	96
REFERÊNCIAS.....	100

## APRESENTAÇÃO

Início esta apresentação com um trecho da música *Alfonsina y el mar*, que fala do suicídio de uma mulher nas águas do mar, afinal, a arte tem esse poder fantástico de nos desestabilizar, falar às nossas almas sobre as coisas mais difíceis, sobre vida e morte, sobre conquistas e perdas, sobre alegrias e angústias. A canção é uma homenagem à poetisa argentina Alfonsina Storni, que se suicidou em 1938, lançando-se ao mar em Mar del Plata (Fabris, 2010). A música transforma a trágica morte da escritora em uma despedida poética, em que o mar aparece como um refúgio final para a poetisa, levando sua dor e solidão. Dizem os poetas:

(...) Sabe Dios qué angustia te acompañó; qué dolores viejos calló tu voz para recostarte arrullada en el canto de las caracolas marinas; La canción que canta en el fondo oscuro del mar, la caracola.

Te vas Alfonsina con tu soledad; ¿Qué poemas nuevos fuiste a buscar? Una voz antigua de viento y de sal te requiebra el alma y la está llevando. Y te vas hacia allá como en sueños, dormida, Alfonsina, vestida de mar (Ramírez e Luna, s/d).

É com muita honra que apresento o livro de Laurem de Aguiar intitulado - *O nó da nossa solidão: suicídio e capitalismo no Brasil*". Tive o prazer de ser professora da autora, durante seu doutorado realizado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS e de participar, na condição de arguidora, da defesa final de sua tese, aprovada com merecido louvor. Essa produção dá base a este livro. Contudo, para além dos destaques acadêmicos, que não são poucos, Laurem é dona de uma capacidade crítica e de uma sensibilidade ímpar, o que se explicita no modo como trata seu complexo objeto de pesquisa, o suicídio. Eu destacaria, no entanto, o excelente trabalho da autora para desvendar seu objeto, a partir de uma investigação pautada no referencial marxista mediado de forma absolutamente fidedigna e no método dialético crítico utilizado com primor. Laurem mostra o quanto a estrutura conformada pelo modo de produção capitalista cria elementos determinantes que matam, das formas mais diversas e perversas, entre elas, as que levam sujeitos a tirarem a própria vida.

A autora aprofunda estudos sobre a formação sócio-histórica brasileira, a partir de 1979 – quando os dados acerca do suicídio passam a ser disponibilizados no DATASUS, buscando verificar as particularidades da nossa formação nacional que incidem sobre os processos de vida e morte.

Nesse percurso, identifica um país que se conformou a partir de desigualdades históricas, de capitalismo periférico e dependente, que, desde o processo de colonização, teve seu povo dizimado, escravizado e explorado. Viveu longos anos de colonialismo, escravismo, ditadura e construiu de modo vertical espaços de frágil democracia, ou democracia restrita, como caracteriza a autora, mantendo um conservadorismo entranhado, que está na base de preconceitos, discriminações e interdições. Enfatiza, ao longo de sua produção, o modo como o capitalismo se desenvolve no Brasil, mantendo a convivência entre o moderno e o arcaico, aprofundando cada vez mais as desigualdades e confirmando a atualidade do processo que decorre da Lei Geral de Acumulação Capitalista, tão bem explicitada por Marx (1989) na obra *O capital*, quando se verifica que, quanto mais o capital cresce, se desenvolve e se concentra, mais pobreza ele produz. Pobreza essa, necessária ao crescimento ou pelo menos a manutenção da taxa de lucro, único interesse dos capitalistas. Portanto, a pobreza é condição necessária para a manutenção desse modo de produção.

Diz ainda Marx (1989) que as duas alavancas que garantem a concentração de capital são a concorrência e o crédito. A concorrência, considerada pelo autor como um dos níveis de alienação, ocorre quando o trabalhador em vez de cooperar, concorre com os seus pares, como concorrem empresas, cidades, países ao invés de cooperarem entre si. O crédito, por sua vez, gera endividamento e a dependência de trabalhadores, cidades, estados, países. Esses processos nem sempre são explicitados dessa forma, mas a partir do fetichismo são tratados como possibilidade de crescimento e superação dos próprios limites, bem como a oportunidade de obtenção do crédito para realizar sonhos. A contradição no processo de alienação e estranhamento não se explicita propositalmente para manter a venda nos olhos, e isso faz toda a diferença.

A partir desse processo, que agudiza progressivamente as frações da questão social, fruto da contradição entre capital e tra-

balho, Laorem chega aos dias atuais na etapa de capitalismo imperialista cuja expressão política é o neoliberalismo, sobre o qual se debruça para identificar “as disputas que passam do campo político/econômico/social para a disputa da subjetividade e construção de uma nova forma de sociabilidade” (Aguiar, p. 7, 2023).

É preciso que se diga que a chamada “racionalidade neoliberal” estimula a conformação de sujeitos egocêntricos e egoístas, instigando o individualismo ao máximo, o empreendedorismo de si próprio, acompanhado do despotismo sobre si mesmo para que a produção seja sempre e desmedidamente priorizada, numa vida *just in time*, a recusa do coletivo como necessidade humana, a culpabilização única pelos próprios “fracassos”, o consumo exacerbado como única forma de prazer e medida de sucesso, o espetáculo de seres falsos sempre felizes nas mídias, contrapondo-se à realidade concreta, contraditória, superficial, cheia de altos e baixos, cujos valores hoje são cada vez mais voláteis e os rumos incertos.

A partir de então, a autora constata, como núcleo duro de sua tese de doutoramento, que:

o neoliberalismo tende a acentuar o número de suicídios por duas vias: 1) através da precarização das condições de trabalho e de não trabalho, piorando as condições materiais de vida da classe trabalhadora 2) pela imposição de uma visão de mundo que deposita no sujeito, no indivíduo, todas as responsabilidades pelo sucesso ou insucesso em sua vida (Aguiar, p. 7, 2023).

Uma análise mais adensada das características do neoliberalismo e das políticas implementadas nessa etapa do capitalismo imperialista, mostra o aprofundamento do que Alves (2011) chama de captura da subjetividade da classe trabalhadora. Na direção de buscar alternativas de resistência, a autora dessa belíssima tese, agora transformada em livro, procura mapear todas as legislações (nacionais e estaduais), disponíveis online, na ocasião, que propusessem ações diretamente voltadas ao enfrentamento do suicídio, contemplando termos de prevenção, assistência, pós-venção e vigilância.

Esses processos são aprofundados nessa obra conceitualmente e a autora busca ainda verificar se esse conjunto de políticas identificadas contemplam ações para além da intervenção individual,

mas, conforme argumenta Aguiar, que problematizem o significado e a necessidade de uma vida digna, condição para que se possa falar em saúde de modo ampliado e enfrentar de modo efetivo o conjunto de determinantes que levam sujeitos a tirarem a própria vida.

É preciso que estratégias ampliadas sejam equacionadas, pois, nas palavras da autora “numa sociedade que se conforma com doenças e mortes evitáveis, o suicídio torna-se inerente e até mesmo desejável para o processo de descartabilidade do ‘excedente’ – daqueles que ‘fracassaram’ em viver ou tornar a ‘vida acreditável’ (Aguiar, p. 7, 2023).

Não é possível que em tempos de Inteligência Artificial (IA), a humanidade ainda permaneça aceitando que o capital destrua no ar, tudo que é sólido e permaneça celebrando suas orgias.

É inaceitável que os seres humanos sigam caminhando para o precipício diante de tantas evidências comprovadas pela ciência, pondo em risco sua própria existência, mantendo um modo de produção esgotado e predador que mata a natureza, pelo desmatamento, poluição das reservas naturais e emissão de gás e mata os trabalhadores e trabalhadoras pelo sobretrabalho, pelo adoecimento mental e pelo suicídio.

Desejo a todos e todas uma excelente leitura

Porto Alegre, primavera de 2025

Jane Cruz Prates

## Referências

AGUIAR, Laurem Janine Pereira de. **O nó da nossa solidão: uma análise sobre suicídio no Brasil**. 2023. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/10887>. Acesso em: 1/12/2025

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**. São Paulo, Boitempo, 2011.

FABRIS, Paulo. **O fazedor de Auroras: Alfonsina y el mar**, 2010

acessível em <https://ofazedordeauroras.blogspot.com/2010/01/alfonsina-y-el-mar.html>

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. v. 1.

RAMÍREZ, Ariel; LUNA, Félix César. **Alfonsina y el mar**. Buenos Aires: SADAIC; Lagos Editorial; Warner Chappell Music Argentina, 2014. ECAD obra nº 876834, verificada em 07 abr. 2024.

# 1 A MATÉRIA VIDA

*Existirmos a que será que se destina?  
Pois quando tu me deste a rosa pequenina  
Vi que és um homem lindo e que se acaso a sina  
Do menino infeliz não se nos ilumina  
Tampouco turva-se a lágrima nordestina  
Apenas a matéria vida era tão fina  
E éramos olharmo-nos intacta retina  
A cajuína cristalina em Teresina.*

Cajuína - Caetano Veloso

Caetano Veloso compôs a música *Cajuína*, origem da frase que dá título a este capítulo, após uma visita ao pai de seu amigo Torquato Neto, que havia cometido suicídio dias antes. Em um programa de auditório, ao ser perguntado sobre o significado da música, Caetano narra, com a sensibilidade natural que lhe atravessa, como, durante aquela visita, chorava de forma compulsiva. Em certo momento, o pai de Torquato vai até o pátio colher uma rosa-menina para presentear o músico e deixa, diante de Caetano, uma jarra de cajuína. “A matéria vida era tão fina”, reflete Caetano na música ao perceber a ausência do amigo que ali estava há tão pouco.

A mesa vazia, a cajuína. Torquato, o genial amigo que o acompanhou na criação da Tropicália – movimento artístico que mudou o Brasil, não estava mais ali. Não voltaria a estar. A canção ilumina uma contradição fundamental: embora realizada pela própria pessoa, **a morte por suicídio não é uma experiência individual**. Ela sintetiza, em seu âmago, os traços de uma sociedade inteira.

O verso que nomeia este capítulo torna-se, aqui, uma metáfora daquilo que pretendo examinar ao longo do livro: o ponto em que o pessoal e o social se tocam, o limite em que o sofrimento na vida privada revela as contradições da vida pública. O nó da nossa solidão, produzido pela trama da vida na sociedade capitalista.

O suicídio, no entanto, não nasce com o capitalismo. Ele atravessa as sociedades humanas, assumindo diferentes significados

conforme o tipo de sociabilidade gerado em cada tempo e lugar. Nas tragédias e nos mitos gregos, por exemplo, não são raros os casos de mulheres que, privadas de liberdade e de voz, veem na morte o único gesto de resistência possível. Marquetti e Marquetti (2017), ao tratarem do suicídio feminino na Grécia Antiga, examinam a condição da mulher e as categorias simbólicas e culturais que se revelam permeadas de significados particulares à questão de gênero:

Morrem pelo laço (enforcamento) Jocasta, esposa e mãe de Édipo; Fedra, esposa de Teseu; Eurídice, esposa de Creonte e mãe de Hémon e Meneceu; Dejanira, esposa de Hércules; Leda, mãe de Helena e Cliteminestra; e muitas outras. Todas elas se trancam, a sós, sem que ninguém as veja, sem espectadores, no tálamo, para enforcarem-se. [...] O suicídio/enforcamento é considerado uma morte desprovida de coragem, reprovada pela moral e tida como uma solução de mulher para os problemas sem saída, entre os gregos do período clássico (MARQUETTI; MARQUETTI, 2017, p. 8).

Já em Roma, Ovídio (2011) narra o mito de Píramo e Tisbe, um casal que, diante da recusa de suas famílias em permitir a união, foge escondido durante a noite. Tisbe, no entanto, chegando antes ao local de encontro, se depara com uma leoa suja de sangue. A mulher foge, mas deixa para trás seu véu. Píramo, ao ver as pegadas da leoa e o véu rasgado e ensanguentado, presume a morte de sua amada e, tomado pela culpa, tira a própria vida. Tisbe, ao retornar, encontra Píramo morto e, por não o ter em vida, escolhe acompanhá-lo na morte. Suicida-se aos pés de uma amoreira que, então, passa a dar frutos vermelhos como sangue.

No Egito Antigo, um texto de mais de três mil anos traz um diálogo entre um homem e sua própria alma (*ba*). O homem argumenta que “a morte está diante de mim hoje / como a cura de um doente / como sair pela porta após um confinamento” (ARAÚJO, 2000, p. 213). Ao longo do texto, o *ba* tenta dissuadi-lo de abreviar sua morte: se optar pelo suicídio, partirá sozinho, sem sua alma.

No livro de Samuel, no Antigo Testamento, Saul, primeiro rei de Israel, após desobedecer inúmeras vezes às ordens de Deus, ferido e cercado pelos inimigos, já tendo presenciado a morte de seus filhos em batalha, lança-se sobre sua espada, seguido por seu

escudeiro. O gesto, na tradição judaico-cristã, inaugura o estigma moral que acompanhará o suicídio por séculos.

Na Idade Média, Giotto di Bondone (1266–1337) representou o *Desespero* em um de seus afrescos da *Cappella degli Scrovegni*. Nele, uma mulher enforca-se enquanto um demônio a arrasta com um gancho. Para Pisani (2010), “a falta de esperança é a ofensa mais séria que pode ser feita a Deus, porque nega sua própria essência” (p. 220). O suicídio torna-se, assim, a negação de Deus e a renúncia à vida eterna.

Em outras culturas, a morte voluntária pode ter significados distintos. Entre povos do Noroeste Amazônico, o mito de Jurupari, ser do mundo primevo, narrado por Souza e Ferreira (2014), não fala de uma morte que é fim, mas de uma transformação: Jurupari é consumido pelo fogo e dele se desprendem paxiúbas, matéria-prima para a produção de flautas sagradas, utilizadas pelos mais velhos no processo de iniciação ritual dos mais jovens.

Essas representações, oriundas de períodos e lugares distintos, evidenciam a existência histórica e socialmente situada desse fenômeno. O suicídio não é uma “invenção” do capitalismo, nem é inerente à condição humana – tal qual o nascimento e a morte. Ele é, em todos os tempos, uma expressão das forças motoras e das dinâmicas sociais de cada sociedade, inerente à natureza das relações por ela produzidas.

Como lembra Marx (2006, p. 25):

[...] o que é contra a natureza não acontece. Ao contrário, **está na natureza de nossa sociedade gerar muitos suicídios**, ao passo que os tártaros não se suicidam. **As sociedades não geram todas os mesmos produtos**; é o que precisamos ter em mente para trabalharmos na reforma de nossa sociedade e permitir-lhe que se eleve a um patamar mais alto.

O que se transforma com o capitalismo é justamente a produção social do sofrimento diante das condições de existência por ele determinadas – e essas determinações não são orientadas para o exercício da emancipação humana, pelo contrário, são pautadas pelo lucro. Para isso, oculta-se a dimensão social e atribui-se a responsa-

bilidade do sofrimento única e exclusivamente ao sujeito que o sente e à sua capacidade, ou não, de resistir a ele.

Vivemos em sociedade e, mesmo as nossas experiências mais individuais, são sentidas e interpretadas através de uma compreensão de mundo – moral, religiosa, econômica, filosófica – construídas historicamente. O que parece decisão individual, como o suicídio, é também efeito de uma estrutura que organiza as possibilidades de viver e morrer. A vida privada e a vida pública estão em um mesmo movimento espiral: não são dicotômicas, são parte de uma totalidade.

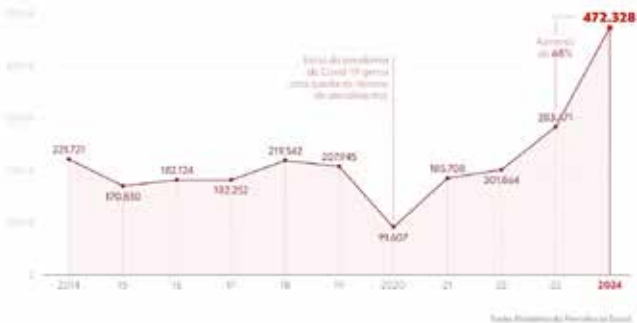
Ainda que exista uma extensa literatura na área da saúde sobre o fenômeno, nas Ciências Sociais Aplicadas a discussão requer aprofundamento. O que proponho aqui, sem a pretensão de reduzir a importância das produções já existentes ou apresentar respostas absolutas, é analisar o suicídio à luz da formação sócio-histórica brasileira e da sociabilidade capitalista.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) apresenta dados alarmantes: **mais de 700 mil pessoas tiram a própria vida anualmente em todo o mundo** (OMS, 2019). Situação particularmente preocupante nas Américas, onde a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2022) registrou um aumento de 17% nos casos de suicídio entre 2000 e 2021.

No Brasil, o cenário não é menos grave. Entre 2010 e 2019, foram contabilizadas 112.230 mortes por suicídio, o que representa um aumento expressivo de 43% no número de óbitos anuais. Em 2010, foram registradas 9.454 mortes, número que saltou para 13.523 em 2019, conforme dados do Ministério da Saúde (BRASIL, 2021). Além disso, dados do Censo (2022) divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), apresenta as principais causas de morte entre jovens brasileiros de 15 a 34 anos. Entre elas: homicídios, acidentes de trânsito e, notavelmente, suicídios.

O sofrimento crescente experienciado pela população brasileira pode ser analisado também a partir de outros dados, como o relatório produzido pelo Ministério da Previdência Social, que aponta quase meio milhão de afastamentos por saúde mental apenas no ano de 2024 – a maioria entre mulheres.

## Afastamentos por saúde mental entre 2014 a 2024



Fonte: Ministério da Previdência Social (dados brutos); reprodução gráfica em Casemiro e Moura (2025).

O Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS) apresenta, no Boletim Radar + SUS nº 2/2025, a oferta e distribuição de serviços de saúde mental no Brasil entre 2013 e 2023, concluindo através das bases do SIA/SUS que:

[...] a partir de 2013, houve crescimento quase contínuo da utilização de antipsicóticos e de atendimento ou acompanhamento psicossocial que, juntos, chegaram a mais de 26,4 milhões em 2023 – o número de atendimentos e acompanhamentos psicossociais duplicou, saindo de 13,1 para 26,4 milhões. Nota-se uma queda acentuada no volume de diagnósticos em psicologia-psiquiatria no ano de 2020, possivelmente ocasionada pelas barreiras de acesso em decorrência da pandemia de Covid-19 (IEPS, 2025, p. 4).

O Check-up de Bem-Estar (2024) produzido pela empresa Vidalink, entrevistou 10.300 trabalhadores em 220 empresas, constatando que “65% das pessoas relataram sentir-se ansiosas, angustiadas e sem vontade de fazer nada na maior parte do tempo – número que aumenta para 73% entre as mulheres”. Todas essas situações têm em comum a realidade em que se situam.

Antes de chegar ao suicídio como expressão máxima do sofrimento, é preciso compreender a lógica que o antecede e o produz

em nossa sociedade. É preciso olhar para o modo de produção que reduziu o trabalho e a vida humana à mercadoria. É preciso, enfim, compreender o capitalismo – e, em especial, as particularidades que assume na formação brasileira e sua relação intrínseca com a morte dos nossos.

## 2 NOTAS SOBRE O CAPITALISMO

*Quantas belezas deixadas nos cantos da vida  
Que ninguém quer e nem mesmo procura encontrar  
E quantos sonhos se tornam esperanças perdidas  
Que alguém deixou morrer sem nem mesmo tentar*  
Esperanças perdidas - Os Originais do Samba

A história da humanidade é tão desconhecida quanto a finitude do universo. Estima-se que a espécie *Homo sapiens* exista entre 200 e 300 mil anos – já com a capacidade cognitiva que temos hoje – mas os registros, aquilo que escrevemos sobre nós mesmos, datam de apenas quatro a cinco mil anos, algo como 2,5% da existência humana (NEVES, 2022). Diante dessa imensidão temporal, o capitalismo é um acontecimento recente. Contudo, apresenta-se como o *fim da história*. Em poucos séculos, remodelou as relações entre os seres humanos e a natureza e redefiniu as formas da vida em sociedade.

Antes de se impor ao conjunto do globo, o capitalismo passou por um longo processo de formação que remonta à Europa Ocidental entre os séculos XV e XVIII – atravessando os cercamentos, a caça às bruxas, as grandes navegações, a Reforma Protestante, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. Ele emergiu de uma sociedade já marcada pela desigualdade, na qual as lutas camponesas tentavam impor fim à exploração. Segundo Federici (2017, p. 44):

O capitalismo foi uma resposta dos senhores feudais, dos mercadores patrícios, dos bispos e papas a um conflito social centenário que chegou a fazer tremer seu poder e que realmente produziu “uma grande sacudida mundial”. O capitalismo foi a contrarrevolução que destruiu as possibilidades que haviam emergido da luta antifeudal – possibilidades que, se tivessem sido realizadas, teriam evitado a imensa destruição de vidas e de espaço natural que marcou o avanço das relações capitalistas no mundo. Devemos enfatizar este aspecto, pois a crença de que o capitalismo “evoluiu” a partir do feudalismo e de que representa uma forma mais elevada de vida social ainda não se desfez.

Como argumenta a própria Federici, a transição ao capitalismo foi também um vasto programa de disciplinamento social, no qual a perseguição às mulheres – a chamada “caça às bruxas” – operou como tecnologia de poder para reordenar a reprodução social, subordinar corpos e impor uma nova divisão sexual do trabalho (FEDERICI, 2017). Longe de um simples “passo evolutivo”, a formação do capitalismo tratou-se de uma contrarrevolução diante de séculos de lutas de trabalhadores e trabalhadoras.

Esse processo resultou, ao longo de séculos, na criação da burguesia e na apropriação e exploração exatamente daquilo que nos distingue enquanto seres sociais: o trabalho. Para Marx, é no trabalho que pensamos, refletimos, externamos a consciência e nos humanizamos. O trabalho é elemento central da sociabilidade humana. Contudo, na sociedade capitalista, esse trabalho é alienado, controlado, fragmentado, condicionando nossa existência a um funcionamento mecânico: acorde, trabalhe, durma. Não há tempo nem condições para realizar coisas que satisfaçam o espírito. Não há, para a imensa maioria da população, possibilidade de escolher com o que vai trabalhar – quando é possível trabalhar. *Quantas belezas deixadas nos cantos da vida*, quantos talentos, possibilidades, vida.

Essa experiência cotidiana é o que Marx chama de *alienação*: o trabalho, em vez de ser afirmação consciente de nossas potências, aparece como força externa que nos enfrenta; e o produto, resultado do trabalho, como coisa separada e hostil, afinal não possui sentido para quem o realiza (MARX, 2004). No plano social, isso se manifesta como *fetichismo da mercadoria*. As relações entre pessoas surgem como relações entre coisas e as relações de exploração, como propriedades naturais das mercadorias (MARX, 2013). Podemos chamar de ideologia esse conjunto de representações que se esforça para naturalizar a desigualdade e apresenta a ordem social como “lei da natureza”, ocultando seu caráter histórico e transformável (MARX; ENGELS, 2007; ALTHUSSER, 1985).

Mas como se chegou a esse ponto? A resposta não é simples, mas se encontra no estabelecimento da *propriedade privada*, na *expropriação dos meios de produção* e na *alienação do trabalho*. Esse modo de produção pressupõe, por um lado, a separação dos produtores diretos de sua condição acessória à terra (na forma de vassalos,

servos, escravizados etc.) e, por outro, a expropriação de suas terras (MARX, 2013). Nesse sentido, o monopólio da propriedade da terra é uma premissa histórica e continua a ser base constante do modo de produção capitalista, assim como de modos anteriores fundados na exploração das maiorias.

De acordo com Althusser, toda *formação social* se estrutura em torno de um *modo de produção* dominante e, para existir, precisa reproduzir suas condições de produção: 1) forças produtivas (técnicas, saberes, máquinas, organização) e 2) relações sociais de produção (as formas sociais de apropriação e dominação).

Essa reprodução não se dá apenas “no local de trabalho”. Supõe o funcionamento articulado de *Aparelhos Repressivos de Estado* – que asseguram a dominação pela força (leis, polícia, prisões, Exército) e *Aparelhos Ideológicos de Estado* – responsáveis por produzir o consenso necessário à manutenção da ordem capitalista (escola, mídia, Igreja, família, empresa), pelos quais se manifestam disposições e normas que naturalizam a subordinação de quem vive de vender a força de trabalho (ALTHUSSER, 1985).

Se concordamos que toda formação social se estrutura pela unidade entre forças produtivas e relações sociais de produção, é correto afirmar que toda tecnologia é também socialmente produzida – logo, não existe neutralidade na produção do conhecimento, da tecnologia e da ciência. Não saber para que e para quem se orienta o que produzimos não significa ausência de orientação. Todavia, isso não implica negar os avanços tecnológicos, mas compreender os fins a que serviram nos últimos séculos – e os fins que poderão servir em uma formação social orientada pela emancipação humana.

Na transição do capitalismo, o avanço da manufatura e a crescente sofisticação das máquinas, resultaram em uma expansão industrial que demandava cada vez mais força de trabalho. Após os cercamentos, multidões de camponeses e camponesas migraram para as cidades, atraídas pela promessa de emprego ou forçadas pela expulsão violenta de suas terras (FEDERICI, 2017; ENGELS, 2008). O processo que decorre daí transforma, em número e grau, as condições de vida das populações camponesas, uma vez convertidas em proletariado.

Se antes asseguravam sua subsistência em comunidade, agora eram obrigados a competir por vagas de emprego na cidade. As mo-

radias, embora mais estruturadas, careciam de saneamento e água potável, expondo à proliferação de doenças. As famílias, antes unidas em torno da economia doméstica, foram atravessadas por longas jornadas de trabalho; crianças, que antes exerciam tarefas familiares, passaram a ser empregadas nas fábricas. Essa mudança decorre da dissolução da economia familiar e da crescente divisão do trabalho por idade e gênero (THOMPSON, 1987). O desenvolvimento industrial simplificou progressivamente as classes sociais, dividindo-as entre burgueses e operários. Engels descreveu com precisão essa transformação:

A nova indústria só assumiu verdadeira importância quando transformou utensílios em máquinas, oficinas em fábricas e, por essa via, a baixa classe média em proletariado e os negociantes de outrora em fabricantes. [...] A partir de agora, quem nasce operário não tem outra perspectiva que não seja ficar toda a vida proletário (ENGELS, 2008, p. 33–34).

Diante dessa nova ordem, a resposta não foi o silêncio. Do ludismo às grandes greves e ao cartismo, a classe trabalhadora inventou formas de resistência e organização: sociedades de ajuda mútua, sindicatos, cooperativas, jornais operários, partidos socialistas e comunistas. A luta pela redução da jornada, pelo salário, pelo direito de associação e pelo sufrágio foi a forma concreta de disputar tempo, renda e poder no próprio terreno do capitalismo (THOMPSON, 1987; MARX, ENGELS, 2010).

Para a própria manutenção, o capitalismo realiza um duplo movimento: a expropriação permanente dos meios de produção e a intervenção direta sobre as condições de reprodução dos meios de produção.

[...] os recém-libertados [da servidão] só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo (MARX, 2013, p. 961-962).

Essa violência fundadora é o que Marx denomina *acumulação primitiva*: o processo pelo qual “grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo”. Federici (2017) acrescenta três dimensões decisivas: 1) a formação de uma nova divisão sexual do trabalho; 2) a construção de uma ordem patriarcal baseada na exclusão das mulheres do direito ao salário e em sua subordinação; 3) a mecanização do corpo proletário e, no caso das mulheres, sua conversão em máquina de produção de novos trabalhadores.

A aparência transcendental do capitalismo não nasce de uma suposta perfeição de suas leis, mas da sua capacidade de se disfarçar como parte do curso natural da vida. Assim, oculta a engrenagem de seu funcionamento (ideologia), alicerçada na exploração. Como observou Marx (2013, p. 844), a *lei da acumulação*, só expressa que nada no sistema pode diminuir o grau de exploração sem ameaçar sua reprodução ampliada: num modo de produção em que a vida serve à valorização de mercadorias, e não o inverso.

O capitalismo, para existir enquanto modo de produção, é caracterizado por HUNT (2013, p. 30) por quatro conjuntos de arranjos institucionais e comportamentais:

[1] produção de mercadorias, orientada para o mercado; [2] propriedade privada dos meios de produção; [3] um grande segmento da população que não pode existir, a não ser que venda sua força de trabalho no mercado; e [4] comportamento individualista, aquisitivo, maximizador, da maioria dos indivíduos dentro do sistema econômico

A produção de mercadorias orientada para o mercado<sup>1</sup> significa que o objetivo da atividade produtiva não é atender às necessidades humanas, mas gerar mercadorias destinadas à troca e à obtenção

---

1 O termo ‘mercado’ é a palavra que serve hoje para designar pudicamente a propriedade privada dos meios de produção; a posse de ativos patrimoniais que comandam a apropriação sobre uma grande escala de riquezas criadas por outrem; uma economia explicitamente orientada para os objetivos únicos de rentabilidade e de competitividade e nas quais somente as demandas monetárias solventes são reconhecidas (CHESNAIS, 2000)

de lucro. A propriedade privada dos meios de produção concentra o poder econômico e político nas mãos de uma minoria, que controla e se apropria do trabalho e do excedente produzido. O trabalhador produz muito mais valor do que recebe na forma de salário. Nessa diferença, o excedente é apropriado pelo capitalista, isso é parte do processo que Marx denomina *mais-valia* e demonstra sua realização por dois mecanismos: *o mais-valor absoluto* e *o mais-valor relativo*.

O *mais-valor absoluto* é obtido pelo alargamento da jornada (ou da semana) de trabalho: estende-se o tempo em que a força de trabalho produz valor sem remuneração correspondente. Historicamente, a classe trabalhadora arrancou limites legais (12h, 10h, 8h), mas o capital tende a reverter tais freios, por dentro da lei (banco de horas, horas extras, turnos ininterruptos) ou apesar dela. As horas extras intensificam a exploração ao manter o parque de máquinas operando continuamente, extraindo o máximo de “produtividade”.

O *mais-valor relativo* atua “indiretamente”. Encurta o tempo de trabalho necessário sem, necessariamente, alongar a jornada. Faz isso pela elevação da produtividade (mecanização, organização do trabalho, automação), barateando mercadorias que compõem o salário social e ampliando a fração de tempo apropriada como *mais-trabalho*. Marx descreve essa revolução ininterrupta dos meios de produção; a novidade recente é sobretudo de grau e velocidade, não de natureza. Os efeitos reaparecem: aceleração de ritmos, supressão de postos, requalificações compulsórias e desemprego, tudo orientado a extrair *mais-valor* via produtividade (ALTHUSSER, 2023; MARX 2023).

Cada limite legal à jornada, cada norma de saúde e segurança, cada direito sindical é resultado de correlação de forças. O capital, por definição, tende a remover esses limites; a classe trabalhadora, organizada em sindicatos e partidos, busca instituí-los e defendê-los. Entre ambos, como sintetiza Poulantzas (1978), o Estado atua como condensação das relações de força, ora mediando compromissos, ora operando abertamente como aparelho de classe.

A contradição fundamental, contudo, não se resolve na arena jurídica ou institucional: para se valorizar, o capital depende do trabalho vivo que simultaneamente destrói. Cada avanço técnico, apresentado como progresso, tende a expulsar o trabalhador do processo

produtivo, comprimindo salários e tempo de vida. A luta de classes é, portanto, o modo histórico pelo qual se busca frear – ou transformar – essa dinâmica de autodestruição.

Com a mundialização do capital, essa contradição assume formas coloniais e raciais de dominação. A periferia do sistema foi organizada como território de expropriação permanente – de recursos, de trabalho e de corpos – convertendo-se em base indispensável à acumulação global (MARINI, 2011; MARX, 2013). É nesse tabuleiro que se constitui o Brasil: não como exceção, mas como expressão extrema dessa engrenagem que, para gerar capital, *gasta gentes*.

### 3 BRASIL: ENGENHO DE GASTAR GENTES

*Brasil, meu denço*  
*A Mangueira chegou*  
*Com versos que o livro apagou*  
*Desde 1500*  
*Tem mais invasão do que descobrimento*  
*Tem sangue retinto pisado*  
*Atrás do herói emoldurado*  
*Mulheres, tamoios, mulatos*  
*Eu quero um país que não está no retrato*  
Samba-Enredo 2019 – Mangueira

Em uma de suas reflexões sobre o Brasil, Darcy Ribeiro (2021, p. 41-42) caracteriza nosso país como um “engenho de gastar gentes”: submetido ao poder total do mercado, um país que faz prodígios na produção de açúcar, café e soja, mas mata seu povo de fome. Regido por uma velha classe dominante de esfomeadores, onde reina o desemprego e tudo o que dele deriva – como a “deterioração das famílias, a violência desenfreada, a prostituição das meninas, a matança de menores abandonados”. Ao refletir sobre isso, Darcy Ribeiro acusa:

Neste país que não tem nenhum cabrito abandonado, nenhum bezerro e nem mesmo um frango, porque todos têm donos que deles cuidam, são milhões de crianças ao abandono, disputando comida no lixo, brigando com feirantes para comer uma banana, guerreando com as polícias oficiais e clandestinas que os assassinam em massa (RIBEIRO, 2021, p. 41).

Com este diagnóstico, Ribeiro traça duas possibilidades: 1) a manutenção do atual estado das coisas, em prol das classes dominantes, ou 2) a reorganização do Brasil em benefício do seu próprio

povo. Na primeira opção, a única saída para os “problemas” é o genocídio: não havendo lugar para tantos brasileiros na economia mundial, mantém-se o engenho de gastar gentes e **mata-se** o “excedente”. Na segunda opção – desde sempre óbvia e factível – a alternativa é garantir trabalho para cada pessoa e fartura em cada mesa.

No Brasil do início dos anos 2020, passadas três décadas da escrita de Darcy Ribeiro, é possível afirmar que a primeira opção segue vigente: a escolha pela morte ainda predomina.

Quando iniciei a escrita deste capítulo, em 2022, em menos de uma semana repercutiram as notícias sobre os alagamentos e deslizamentos na cidade do Recife (PE), que vitimaram mais de 130 pessoas, trazendo à tona a ausência de planejamento urbano e a exposição ao risco de morte de quem, por falta de opção ou de entendimento, reside em áreas de risco. Em matéria do jornal *Brasil de Fato*, Maria Auxiliadora de Souza relata seu medo: “Quando chove a gente não dorme. Fica pensando que vai cair hoje, vai cair, vai cair. É a mesma coisa de tu estar dormindo com uma pistola apontada pra tua cabeça” (GONZAGA, 2023, online).

Naquela mesma semana de 2022, na Penha (RJ), uma operação militar matou 23 pessoas – a segunda mais letal do RJ até aquele momento. Paralelo a isso, no estado do Sergipe, agentes da Polícia Rodoviária Federal (PRF) assassinaram Genivaldo de Jesus Santos, asfixiado na viatura policial. Expondo uma parcela da violência sistemática promovida por agentes da segurança pública.

Essas situações não eram novidade em 2022, e seguem ocorrendo. Violências de todas as ordens. Para citar algumas: em maio de 2024, o Rio Grande do Sul foi devastado por uma enchente que atingiu quase todos os municípios, destruiu cidades inteiras no Vale do Taquari e na Região Metropolitana, deixou 185 mortos e 23 desaparecidos. A tragédia, longe de ser um fenômeno imprevisível, revelou a negligência dos governos na manutenção dos sistemas contra cheias e as consequências do desmatamento e da degradação ambiental que há décadas corroem o bioma sul-brasileiro.

No Rio de Janeiro, os Complexos da Penha e do Alemão voltaram a ser palco de massacre de Estado, em outubro de 2025, sob o comando do governador Cláudio Castro – pelo menos 121 pessoas foram assassinadas. Essas operações, que em nada alteram a

estrutura do crime organizado no Brasil, pois implicaria enfrentar as grandes corporações que o sustentam, expõe comunidades inteiras ao medo, ao sofrimento, à morte. Trata-se de um projeto coerente com a lógica do capital, onde o Estado decide quem pode viver e quem deve morrer.

O Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), ao divulgar dados do Observatório Nacional dos Direitos Humanos (ObservaDH), revelou que: “Apenas no ano de 2023, o número de mortes por intervenção policial foi dez vezes maior que o de lesões corporais seguidas de morte, seis vezes maior que o de latrocínios e quatro vezes maior que o de feminicídios” (BRASIL, 2024).

Outros dados da mesma matéria merecem destaque:

**Em 2023, a taxa de suicídio entre agentes de Segurança Pública (16 em cada 100 mil profissionais) foi o dobro da taxa na população em geral (oito em cada 100 mil pessoas). A taxa é ainda maior entre policiais militares (24 vítimas a cada 100 mil policiais) e entre policiais civis (cerca de 19 vítimas a cada 100 mil policiais) (BRASIL, 2024, n.p., grifo meu).**

A expressividade do número de mortes por suicídio entre agentes de segurança pública denuncia o grau de sofrimento e exploração em que esses trabalhadores estão imersos, jogados em um circuito de violência mascarado sob o objetivo de “servir e proteger”, mas que jamais se efetiva nas condições de nossa sociedade, onde a própria polícia se torna um aparato perpetuador da violência da qual acaba, paradoxalmente, vitimando seus agentes.

São inúmeros episódios de mortes ocasionadas por um Estado que mata – pela negligência ou pela força armada – o seu próprio povo, refletindo o que Iamamoto (2009) denominou de *banalização do humano*:

resultante de indiferença frente à esfera das necessidades das grandes maiorias e dos direitos a elas atinentes. Indiferença ante os destinos de enormes contingentes de homens e mulheres trabalhadores – resultados de uma pobreza produzida historicamente (e, não, naturalmente produzida) –, universalmente subjugados, abandonados e desprezados, porquanto sobranes para as necessidades médias do capital (IAMAMOTO, 2009, p. 22).

A pobreza, portanto, não é resíduo moral nem contingência natural: é produto da lógica de acumulação que faz da morte um requisito de rentabilidade. Darcy Ribeiro e Yamamoto chamam atenção para a relação entre as necessidades do capital e a consequente produção de excedentes/sobrantes, aquilo que Eduardo Galeano denominou, no Livro dos Abraços, como “os ninguéns”:

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada. Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos: que não são, embora sejam. Que não têm cultura, têm folclore. Que não têm cara, têm braços. Que não têm nome, têm número. Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local. Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata (GALEANO, 2002 [1989], p. 42).

Entretanto, é preciso destacar, como fazem os autores acima, que a produção de “ninguéns” é resultado de um processo histórico, característico das sociedades capitalistas; e ainda mais brutal na periferia do sistema. Esta engrenagem de destruição não é casual: resulta do modo de produção capitalista<sup>2</sup>, que pode e deve ser superado. Olhemos mais de perto o desenvolvimento desse sistema no Brasil.

### **3.1 O desenvolvimento conservador, a democracia restrita, a dependência externa e a desigualdade social**

Periferias, vielas, cortiços  
Você deve tá pensando  
O que você tem a ver com isso?  
Desde o início, por ouro e prata  
Olha quem morre, então  
Veja você quem mata  
Negro Drama - Racionais MC's

---

<sup>2</sup> Como vimos, o modo de produção é determinado pelas forças produtivas e pelas relações sociais de produção. Ao investigarmos o que molda a organização e o funcionamento das sociedades - e o que as diferencia entre si -, identificamos que é justamente o modo de produção que constitui seu elemento estruturante, definindo as formas específicas de produção da vida material e imaterial, da objetividade e da subjetividade e, com isso, das próprias relações sociais.

Em 1500, quando a América foi invadida e transformada em colônia, estima-se que somente na região da Amazônia viviam cerca de dez milhões de pessoas que desenvolviam técnicas sofisticadas de cultivo e manejo, transformando a floresta em seu próprio legado (NEVES, 2022). Esse mundo que se desenvolveu sob uma compreensão integrada à natureza foi violentado pela lógica mercantil europeia. A chegada dos europeus, em sua maioria servos contratados e criminosos condenados da Europa, inseriu nosso continente no circuito da expansão comercial (FEDERICI, 2005). Ou, para expressar de forma mais direta: inseriu nosso continente no circuito da exploração e da morte. Assim ampliava-se a acumulação primitiva, peça fundamental para a existência do capital.

A descoberta de ouro e prata na América, a aniquilação, a escravidão e o emprego forçado, nas minas, da população aborígine, o começo da conquista e da pilhagem nas Índias Orientais, a transformação da África num viveiro de caça comercial de negros assinalaram a aurora cor-de-rosa da era da produção capitalista. Esses procedimentos 'idílicos' são as principais forças que acionam a acumulação primitiva. [...] A força é a parteira de toda sociedade antiga grávida de uma sociedade nova (MARX, 2013, p. 786–787).

A violência é fundadora do capitalismo em qualquer região do globo. Não se trata do encontro entre mundos distintos, de descoberta, mas sim de invasão e exploração. Uma imposição de valores, costumes e sistemas econômicos que, na América Latina, desestruturou as sociedades indígenas e inaugurou um ciclo de espoliação e desigualdade, aqui compreendida como distância entre os mais ricos e as vítimas de sua exploração.

A visão dos colonizadores, centrada no lucro e na dominação, contrastava com a cosmovisão indígena, que era pautada pela comunhão com a terra e pelos ciclos naturais:

Para os recém-chegados, muito ao contrário, a vida era uma tarefa, uma sofrida obrigação, que a todos condenava ao trabalho e tudo subordinava ao lucro. Envoltos em panos, calçados de botas e enchapelados, punham nessas peças seu luxo e vaidade, apesar de mais vezes as exibirem sujas e molambentas, do

que pulcras e belas. Armados de chuços de ferro e de arcabuzes tonitruantes, eles se sabiam e se sentiam a flor da criação. Seu desejo, obsessivo, era multiplicar-se nos ventres das índias e pôr suas pernas e braços a seu serviço, para plantar e colher suas roças, para caçar e pescar o que comiam. Os homens serviam principalmente para tombar e juntar paus-de-tinta ou para produzir outra mercadoria para seu lucro e bem-estar. **Esses índios cativos, condenados à tristeza mais vil, eram também os provedores de suas alegrias, sobretudo as mulheres, de sexo bom de fornicar, de braço bom de trabalhar, de ventre fecundo para prenhar. A vontade mais veemente daqueles heróis d'além-mar era exercer-se sobre aquela gente vivente como seus duros senhores** (RIBEIRO, 1995, p. 43).

Ribeiro acrescenta:

**Mais tarde, com a destruição das bases da vida social indígena, a negação de todos os seus valores, o despojo, o cativoiro, muitíssimos índios deitavam em suas redes e se deixavam morrer, como só eles têm o poder de fazer.** Morriam de tristeza, certos de que todo o futuro possível seria a negação mais horrível do passado, uma vida indigna de ser vivida por gente verdadeira. Sobre esses índios assombrados com o que lhes sucedia é que **caiu a pregação missionária, como um flagelo. Com ela, os índios souberam que era por culpa sua, de sua iniquidade, de seus pecados, que o bom deus do céu caíra sobre eles, como um cão selvagem, ameaçando lançá-los para sempre nos infernos** (RIBEIRO, 1995, p. 38-39, grifos meus).

A violência colonial, portanto, não apenas inaugurou uma nova ordem econômica, mas instaurou também uma lógica de morte que se tornaria constitutiva da modernidade capitalista. A exploração da mão de obra escrava indígena foi substituída, de forma progressiva, pela escravização de pessoas africanas, em um comércio desumano e desumanizador, duplamente funcional no processo de acumulação primitiva.

Em primeiro lugar, a comercialização de pessoas escravizadas representava uma fonte direta de capital. Financiados por comerciantes europeus, o tráfico negreiro capturava ou comprava pessoas em diversas regiões da África, transportando-as em condições desumanas para as Américas. A venda dessas pessoas gerava lucros

para traficantes, armadores e investidores, contribuindo para a acumulação” (FERNANDES, 2004, p. 424). Ao contrário das revoluções burguesas de tipo insurgente, o processo brasileiro foi lento e gradual. Florestan observa:

O efeito mais direto dessa situação é que a burguesia mantém múltiplas polarizações com as estruturas econômicas, sociais e políticas do país. **Ela não assume o papel de ‘paladina da civilização’ ou de ‘instrumento da modernidade’ como decorrência de seus interesses de classe. Compromete-se, por igual, com tudo que lhe seja vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do ‘atraso’ quanto do ‘adiantamento’ das populações. [...] Preferindo a mudança gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora** (FERNANDES, 2004 [1975], p. 425, grifo meu).

Desse processo emergem divergências na interpretação do processo de consolidação do poder burguês no Brasil. Parte da tradição marxista entende que o país teria passado por uma espécie de “via prussiana” – um caminho em que a burguesia não promove insurreição contra as antigas classes dominantes, mas transforma as relações de produção e poder por meio de conciliações e acordos, preservando elementos não capitalistas. Outros autores, porém, não identificam insurgência alguma nesse processo e, por isso, não o caracterizam como Revolução Burguesa.

É o caso de Jacob Gorender, que critica Florestan Fernandes e Octávio Ianni ao afirmar que a burguesia “não precisou realizar uma revolução para se tornar classe dominante principal”. E acrescenta:

Florestan Fernandes empenhou-se em explicar as causas da frustração da revolução burguesa pela própria burguesia brasileira. Como, porém, falar em frustração do que nunca foi necessário? [...] Octávio Ianni não encontra outra maneira de caracterizar o ciclo da revolução burguesa, no Brasil, senão como uma ‘contra-revolução burguesa permanente’. Esta contradição lógica seria evitada se se dispensassem ambas as categorias – as de revolução e contra-revolução – e se falasse apenas em ‘dominação burguesa’, tal como surgiu e tem se apresentado nas condições peculiares do nosso país (GORENDER, 1981, p. 112).

Independentemente de se adotar ou não a ideia de Revolução Burguesa, o essencial para compreender o Brasil contemporâneo é reconhecer a permanência de elementos anteriores ao capitalismo e sua incorporação ao sistema. Em outras palavras, a formação econômico-social brasileira, mesmo quando hegemonicamente capitalista, conserva traços do modo de produção escravista-colonial, refletindo em uma base econômica, social e cultural distinta dos países centrais.

A abolição, além de tardia – o Brasil foi o último país das Américas a extinguir oficialmente a escravidão –, não resultou de um gesto benevolente da princesa Isabel, como as elites tentam perpetuar no imaginário popular, mas da pressão inglesa e, sobretudo, da resistência individual e coletiva da população negra ao longo de séculos. Diante das pressões internas e externas, a elite nacional conduziu uma transição jurídica lenta e cuidadosamente controlada, voltada à preservação de seus privilégios econômicos e à manutenção do regime escravista pelo maior tempo possível.

Entre as leis que regulavam o trabalho sob o jugo da escravidão, Soares (2022) elenca seis, ressaltando a ausência de linearidade no processo: Lei Feijó (1831), Lei Eusébio de Queirós (1850), Lei do Ventre Livre (1871), Lei da Locação de Serviços (1879), Lei dos Sexagenários (1885) e, por fim, a Lei Áurea (1888). A autora observa:

O percurso jurídico que culminou com a edição da Lei Áurea foi longo, tortuoso e repleto de idas e vindas. Entre o tratado internacional firmado entre os reinos, brasileiro e inglês, e o fim da escravidão de negros africanos decorreram mais de sessenta anos e, apesar da existência de atos normativos que proibiam o tráfico desde o início do século XIX, foi apenas no fim de sua penúltima década que a escravidão foi efetivamente abolida em solo pátrio (SOARES, 2022, p.29)

Soares (2022) avalia que esse itinerário demonstra não apenas o embate entre reinos e interesses econômicos, mas também a fragilidade do Brasil enquanto nação independente. Mais que isso, revela o profundo apego das elites nacionais à mão de obra escrava e a reiterada resistência das classes dominantes a qualquer medida que ameaçasse seus privilégios.

Toda essa história de sequestros, desumanização, apagamento e castigos gerou impactos incontáveis sobre uma população arrancada de suas origens, separada dos seus e submetida à violência sistemática do regime escravista. Além das revoltas, dos quilombos e de outras formas de resistência, havia o *banzo*: termo que designa uma melancolia profunda associada à saudade da terra natal, ao luto pela liberdade perdida e à recusa em submeter-se à condição de cativo. Como explica Oda (2008), o *banzo* expressava um sofrimento extremo, marcado pelo esvaziamento do desejo de viver, frequentemente acompanhado de isolamento, recusa alimentar e, não raramente, suicídio. Havia nele também a esperança de reencontro com a ancestralidade, a África espiritual.

Assim como o *banzo* expressava a impossibilidade de existir plenamente em meio à opressão colonial, o suicídio entre populações negras hoje revela a continuidade de uma política de morte que atravessa séculos, sustentada pela exclusão, pela desigualdade e pela negação de direitos. As transformações sociais e econômicas do século XIX no Brasil evidenciam que o fim do regime escravista não significou uma ruptura com a estrutura de dominação, mas a sua reconfiguração. A passagem do trabalho escravo ao assalariado atendeu às exigências da modernização capitalista e da integração do país à economia internacional, preservando, contudo, as bases que sustentavam o poder das elites.

Somam-se ao arcabouço jurídico-político que moldou as condições de vida e de trabalho da população negra, maior parte da população brasileira, a Tarifa Alves Branco (1844), a Lei de Terras (1850), a Guerra do Paraguai (1865–1870) e as políticas imigratórias posteriores. Segundo Fagundes (2020):

A parcela negra da população atravessou o período transitório sem efetiva evolução e progresso nas suas condições de vida e trabalho. **Pelo contrário, é a partir das determinações econômicas e sociais construídas nesse lapso temporal, junto às atitudes de elementos ideológicos racistas no seio da sociedade, que se baseia a vida do proletariado negro em toda contemporaneidade.** Assim, nesse período surge com grandiosa efervescência na intelectualidade brasileira as **ideias vinculadas a uma hierarquização racial** [...] onde o negro e o mestiço seriam os tipos inferiores (FAGUNDES, 2020, p. 58, grifos meus).

E ainda:

A processualidade desses acontecimentos concretizou a localização do ser humano negro como um elemento privado da inserção na emergente sociedade capitalista. Com isso, **desenvolve-se uma pressão psíquico-moral contra o proletariado negro, principalmente pela culpabilização dos negros e negras por sua condição social.** Os elementos de bargagem social disseminados no período de transição do trabalho escravo para o assalariado se transformam, nas décadas posteriores à Abolição, com a adoção de mecanismos orientados para criminalizar características da cultura e da sociabilidade negra, o que culminou em um controle policialesco sobre a pobreza (FAGUNDES, 2020, p. 60, grifos meus).

Excluída de direitos e marginalizada nas relações formais de produção, a população negra foi convertida na base estrutural do *exército industrial de reserva*<sup>3</sup>, indispensável à acumulação capitalista. Nesse sistema, a força de trabalho torna-se uma mercadoria vendida em troca de salário, e é por meio do salário que se garantem as condições mínimas de sobrevivência. Mas o que ocorre quando a maioria da população é historicamente excluída do mundo do trabalho e dos espaços de qualificação para acessá-lo?

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2023) mostra que, embora representem 56,1% da população em idade de trabalhar, homens negros ocupam apenas 33,7% dos cargos de direção e gerência – um em cada 48 trabalhadores negros exerce função de chefia, enquanto entre homens não negros a proporção é de um para 18. Entre os desocupados, 65,1% são negros. A taxa de desocupação das mulheres negras é de 11,7%, equivalente ao pior momento vivido pelas pessoas não negras durante a pandemia. Quase metade (46%) dos negros está em trabalhos desprotegidos; entre não negros, 34%. Uma em cada seis mulheres negras ocupadas trabalha como empregada doméstica. Em

---

3 Segundo Marx (1989, p. 731) “[...] a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente”. É, portanto, um produto do modo de produção capitalista, que se usa desse excedente para introduzir a ideia de que não se deve questionar ou reclamar das condições de trabalho, pois, no fim das contas, o trabalhador pode ser substituído a qualquer momento, já que sempre haverá alguém (sobrante) para ocupar seu lugar.

média, os negros ganham 39,2% a menos do que os não negros, e em todas as ocupações seu rendimento é inferior à média geral.

O racismo e a desigualdade, fenômenos socialmente produzidos nesse tipo de sociedade, atingem a classe trabalhadora em sua totalidade. Como explica Fagundes (2020, p. 64):

Ao localizar um setor da população na situação de miséria [exército industrial de reserva], o capital cria as condições necessárias para ampliar sua taxa de lucro a partir da maior exploração daquela população que se mantém inserida no mercado de trabalho. Esse crescimento da taxa de lucro com base na exploração crescente se observa por meio de alguns mecanismos: a) extensão da jornada; b) intensificação do trabalho na mesma jornada; c) remuneração abaixo do valor praticado nos países centrais. Ou seja, ainda que a população negra esteja entregue às piores formas de degradação, o trabalhador branco também é atingido pela divisão racial do trabalho e pela estrutura da sociedade imposta pelo modo de produção capitalista em um país com as características do Brasil.

A conexão entre desigualdade, dependência externa e desenvolvimento conservador que se estabelece no Brasil não é obra do acaso. Desde o período colonial, a economia brasileira foi direcionada para servir aos interesses externos. No final do século XVIII, a Inglaterra protagonizou a emergência de um sistema internacional do capitalismo mercantil, intensificando o processo que levou o Brasil à independência. Entretanto, como afirma Espósito (2017, p.442) apoiado em Prado Júnior:

Apesar da emancipação política, as bases de sustentação da estrutura colonial – o latifúndio e a escravidão – se mantiveram, bem como a posição subalterna no sistema internacional. O Brasil, portanto, entrou para a história contemporânea, e passou a participante da nova ordem instituída pelo capitalismo industrial, ‘na condição, que já era a sua, de uma área periférica e simples apêndice exterior e marginal dos centros nevrálgicos e propulsores da economia internacional

Quando, ao final do século XIX, as economias latino-americanas se tornaram alvo da exportação de capitais dos países centrais,

reafirmou-se a opção das oligarquias primário-exportadoras brasileiras – vinculadas ao latifúndio e herdeiras diretas da escravidão – por uma inserção subordinada na ordem internacional. *Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Pérez Brignoli* distinguem dois momentos dessa vinculação ao mercado mundial:

A primeira se estende da independência até meados do século XIX e se caracteriza pela abertura ao livre comércio, a entrada maciça de manufaturas britânicas e a perda, em poucos anos, da massa de metal precioso circulante. [...] A segunda fase se configura depois da metade do século: com a afluência maciça de capitais estrangeiros investidos em obras de infraestrutura e em empréstimos aos governos; e uma forte demanda nos países industrializados por produtos primários. Em rigor, nenhum destes elementos é absolutamente novo, porém assumem uma escala inédita as transformações em jogo (CARDOSO; PÉREZ BRIGNOLI, 1983, p. 138).

As classes dominantes latino-americanas, em particular as brasileiras, ao optar por uma inserção subordinada na ordem internacional, evitam possíveis confrontos com as potências imperialistas, contentando-se com uma pequena fração da riqueza global. Um projeto autônomo exigiria romper com estruturas pré-capitalistas que beneficiavam amplamente essas elites. Baseadas na exploração da terra e da mão de obra barata, essas estruturas eram incompatíveis com a modernização produtiva e com a formação de um mercado interno sólido – pilares de qualquer projeto de autodeterminação econômica – consolidam, portanto, um modelo primário-exportador, vulnerável às imposições das grandes potências.

Entre 1889 e 1930, as oligarquias conservaram o poder político e econômico, bloqueando transformações estruturais. E, mesmo após 1930, quando se impôs uma reorganização do Estado com orientação nacional-desenvolvimentista, as elites preservaram sua influência, garantindo especialmente a permanência do latifúndio.

A Revolução de 1930 foi sobretudo um questionamento, pelas armas, das regras político-eleitorais em que se sustentou a ‘política de governadores’. [...] **Como, entretanto, jamais tivesse tido poder, condições, ou mesmo disposição de alterar as relações de propriedade da terra, a proposta centralizante do**

Estado desenvolvimentista acabou sendo atenuada, corroída ou mesmo pervertida por uma relação de permanente tensão - e cooptação - entre a vontade central e o poder político dos inúmeros e heterogêneos interesses regionais (FIORI, 1994, p. 9, grifos meus).

A desigualdade é consequência inevitável de uma sociedade orientada pelo lucro e dividida em classes, onde alguns poucos são donos dos meios de produção e outros tantos não possuem nada além de sua força de trabalho. Em outras palavras, o “desenvolvimento capitalista é, necessária e irredutivelmente, produção exponeciada de riqueza e produção reiterada de pobreza” (J.P. NETO, 2006, p. 142). Ou seja, se para a geração de riquezas no capitalismo, a exploração é requisito essencial, logo, é dessa mesma exploração que decorrem a pobreza e, a vista disso, a desigualdade. De modo que a produção de pobreza na ordem do capital não resulta de “uma penúria generalizada, mas, paradoxal e contraditoriamente, de uma contínua produção de riqueza” (J.P. NETTO, 2007 p.143).

Toda tentativa de caminhar em sentido contrário às marcas estruturais, como a dependência externa, o desenvolvimento conservador e a desigualdade social, acaba por esbarrar em um quarto traço essencial da formação brasileira: a democracia restrita.

Para exemplificar este tema da democracia: temos 513 anos de história, dos quais 322 de império, 388 de escravidão, 389 de monarquia, depois 41 anos de uma república velha com voto fraudulento, depois 15 anos de ditadura varguista, depois 18 anos de uma democracia pela metade (com repressão ao movimento sindical e restrições a vida política de esquerda), depois mais 21 anos de ditadura militar, depois mais 4 anos de uma transição conservadora e, **só em 1989, 489 anos depois, tivemos eleições presidenciais relativamente livres** (POMAR, 2013).

O desenvolvimento conservador assegura, no plano econômico, uma modernização sem ruptura; um avanço técnico que preserva a estrutura arcaica de concentração da riqueza e do poder. A democracia restrita, sua forma política correspondente, garante que essa modernização aconteça sem que a classe trabalhadora usufrua de

seus frutos. A democracia, nesse sentido, cumpre um papel funcional: regula o conflito, mas não o resolve; promete igualdade, mas administra a desigualdade. É o dispositivo que permite ao capitalismo brasileiro avançar sem se transformar. E quando ameaçada a ordem burguesa, o uso da força se faz valer.

O ápice dessa dinâmica política foi alcançado com a deposição do presidente João Goulart, em 1964. Sua administração propôs um conjunto de reformas de base, que incluíam as esferas agrária, administrativa, constitucional, eleitoral, bancária, tributária e universitária. Essas propostas foram, contudo, percebidas pelos setores dominantes da sociedade como uma grave ameaça ao sistema estabelecido.

O cenário internacional da época exacerbou as tensões internas. A consolidação da União Soviética como potência global, o surgimento de revoluções socialistas em diversas partes do mundo – com destaque para a Revolução Cubana, que trouxe a “ameaça do comunismo” para o continente – e o avanço global do movimento operário, com suas reivindicações por melhores condições de trabalho e maior participação política, ampliaram significativamente o temor das elites brasileiras em relação a uma possível guinada à esquerda. Internamente, o Brasil vivenciava um período de agitação social, com greves frequentes, manifestações estudantis massivas e uma polarização política, que dividia a sociedade entre defensores e críticos das reformas propostas.

Nesse contexto de efervescência social e instabilidade política, a repressão aos movimentos sindicais e a perseguição sistemática a setores da esquerda se intensificaram, culminando no golpe militar de 1964. Este evento marcou uma interrupção violenta do incipiente processo democrático brasileiro, inaugurando 21 anos de uma ditadura militar que alteraria para sempre os rumos do país.

Durante o regime militar, a censura tornou-se uma medida eficaz de controle e alienação. Jornais, livros, músicas, peças teatrais e qualquer outra forma de expressão artística ou intelectual eram submetidos a uma rigorosa triagem prévia, com o objetivo de eliminar qualquer conteúdo considerado subversivo ou contrário aos interesses do regime. Artistas, intelectuais, jornalistas e militantes políticos foram perseguidos, presos, torturados, mortos ou forçados

ao exílio. Órgãos de repressão como o DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna) institucionalizaram a tortura como método de obtenção de informações e de punição, e os desaparecimentos tornaram-se uma trágica realidade para milhares de famílias brasileiras.

Em uma de suas entrevistas ao programa Roda Viva, reproduzido em 1988, quando questionado sobre a falta de renovação política na esquerda, Darcy Ribeiro responde:

[...] eu fui ministro com menos de 40 anos e eu sinto falta hoje do que era equivalente à minha geração. Eu fui ministro duas vezes com idade relativamente jovem e hoje eu pergunto: onde estão esses jovens? **A ditadura matou, impediu que uma geração aparecesse. Uma ditadura é uma coisa atroz, é uma enfermidade que ataca um país e a forma de atacar é cristalizar, é impedir que novas gerações se sucedam**, então há quadros novos surgindo agora, mas é difícil que o povo chegue a tomar conhecimentos deles, que eles cheguem a representar um papel mais destacado. Realmente esta é uma questão muito séria. Nós precisamos de renovação no Brasil. Nós precisamos de quadros políticos capazes de retomar linhas históricas e de introduzir linhas novas também e que representem a energia que nós representamos. Eu sou político e volto representando as posições que eu tive em 64. Aquelas posições estão vivas porque o governo Jango não caiu por seus defeitos, ele foi derrubado por suas qualidades. Então as bandeiras em função das quais o Jango foi derrubado, são as bandeiras que nós levantamos agora, bandeiras atualíssimas para o Brasil como: reforma agrária; controle do capital estrangeiro; essas reformas de base (RIBEIRO, 1988, online, grifo meu).

Mesmo após o fim formal da ditadura, o país passou por uma transição conservadora (1985–1989), negociada sob o controle dos militares. As eleições diretas para presidente só ocorreram em 1989, 489 anos após o início da colonização, simbolizando a primeira escolha presidencial relativamente livre da história nacional (POMAR, 2013).

Vale refletir ainda sobre que democracia estamos falando. Afinal, a democracia é um conceito em disputa, indo muito além de uma simples definição oferecida pelo dicionário, onde a democracia é o “governo do povo”. Após a vitória dos aliados na Segunda Guerra

Mundial, diferentes grupos políticos rotulavam-se como democratas e conseqüentemente negavam este rótulo aos seus adversários, a democracia passou a ser um valor aceito e pretendido de forma quase universal (MIGUEL L. F., 2019).

Se os Estados Unidos se colocavam na posição de guardiões do “mundo livre” e promotores da democracia por todo o globo, sua adversária na Guerra Fria, a União Soviética, afirmava encarnar um tipo mais autêntico de governo democrático e batizava os regimes do Leste Europeu com o nome de “democracias populares”. No Brasil, os militares que derrubaram o governo João Goulart, em 1964, disseram que o objetivo era defender a democracia. O quarto presidente do ciclo militar, general Ernesto Geisel, classificou o país, no momento de maior fechamento político de seu governo, de ‘democracia relativa’ (MIGUEL L. F., 2019, p. 33-34)

Essa disputa ocorre “porque há uma disjunção patente entre seu sentido etimológico e seu referencial histórico, que continuam ativos no imaginário político contemporâneo, e os modelos institucionais que afirmam realizá-la”. Em tese, o que vigora seriam democracias representativas – ou seja, é o governo do povo onde o povo não governa, ao invés disso, atribui o exercício do poder a alguns poucos (MIGUEL L. F, 2019). Para Demier e Gonçalves (2017), a democracia representativa opera no sentido de enfraquecer a organização política dos trabalhadores:

Nas diferentes configurações da democracia representativa, ainda que em intensidades distintas, **a passividade política das massas trabalhadoras foi sempre um contraponto esperado à delegação de poderes efetivada por intermédio do sufrágio universal, permitindo à classe dominante reivindicar a “legitimidade” de decisões parlamentares que explicitamente contrariam a opinião majoritária da população** (do envio de tropas a guerras imperialistas à aplicação de pacotes de “austeridade”) (DEMIER, GONÇALVES, 2017, p.22).

Ainda que a democracia atue como um regime liberal representativo que opera pela manutenção da ordem e pela legitimação das pautas das elites, o Brasil viveu a democracia como uma exce-

ção. A burguesia não tolera qualquer avanço das classes trabalhadoras sem recorrer à repressão ou à persuasão. Assim, o neoliberalismo emerge como a forma contemporânea desse mesmo padrão de dominação – um tempo em que as iniquidades se aprofundam e o sofrimento se torna política de Estado.

## 4 NEOLIBERALISMO

*Poder economicon, cocaine no helicopteron*  
*Salário de um professor: microscopicon*  
*Feito papito de papel próprio*  
*Letra com sangue do olho de Hórus*  
*É que a indústria da desgraça pro governo é um bom negócio*  
*Vende mais remédio, vende mais consórcio*  
*Vende até a mãe, dependendo do negócio*  
Boca de Lobo – Criolo

No confronto de ideias, a burguesia atua com diferentes armas e opera em distintas frentes. Para analisar a batalha de ideias que vivemos hoje, é fundamental resgatar a obra em que Marx e Engels estabelecem as bases da concepção materialista da história.

Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels demonstram como a tendência à qual se filiavam até então, os jovens hegelianos, não faziam mais do que refletir a pobreza da realidade alemã. A partir dessas reflexões, os autores concluem que:

**Ao contrário do que sucede na filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui se ascende da terra ao céu.** Ou, dito de outro modo, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, nem do que são nas palavras, no pensamento, na imaginação e representação dos outros para, a partir daí, chegar aos homens [pessoas] de carne e osso; parte-se, sim, dos homens [pessoas] em sua atividade real e, a partir de seu processo na vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo vital. [...] Desse modo, a moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, assim como as formas de consciência que elas correspondem, **perdem toda a aparência de autonomia.** [a ideologia] **Não** têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção material e relações materiais, transformam, a partir da sua realidade, também o seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida é que determina a consciência. (MARX; ENGELS. p. 51-52, grifos meus).

Essa é a síntese da concepção materialista do “lugar das ideias e das ideologias” na história humana – tanto com relação a sua origem, quanto com relação às suas funções. E é a partir desta concepção que tomaremos a discussão sobre a disputa das ideias, e da forma como o neoliberalismo atua na contemporaneidade pela propagação ideológica daquilo que serve aos desígnios do capital. Afinal:

**As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (MARX; ENGELS, 2007, p.47).**

Como já apresentado no capítulo 2, a existência do capitalismo como algo “natural” e “a-histórico” é fruto de uma construção. E é através da naturalização do capitalismo que os neoliberais passam a definir a economia como a verdadeira ciência e suas recomendações como princípios inquestionáveis, afinal, não se pode discutir a ordem natural das coisas (GROS, 2002, p. 89).

O neoliberalismo surgiu no início do século XX, baseado em críticas à intervenção estatal na economia, ao planejamento econômico e aos movimentos de trabalhadores (GROS, 2002). Em agosto de 1938, os teóricos Raymond Aron, Ludwig von Mises, Wilhelm Röpke e Friedrich Hayek, entre outros – encontraram-se no Colóquio Walter Lippmann.

Entre eles, o consenso de que o *New Deal* estadunidense, as políticas inspiradas ou assemelhadas ao keynesianismo, a experiência socialista na União Soviética e a organização sindical são as grandes inimigas do progresso e do desenvolvimento do capitalismo. Todavia, divergiam sobre ressuscitar o liberalismo clássico ou transformá-lo em seus fundamentos. Dardot e Laval (2016) relatam

que esse encontro foi a primeira tentativa de constituição de uma “internacional” neoliberal.

Em 1944, ainda antes do fim da Segunda Guerra Mundial, é lançado o livro *O Caminho da Servidão*, escrito pelo austríaco Hayek. Marco importante da constituição do neoliberalismo: Anderson (2000) chega a caracterizá-lo como o texto de origem desta corrente teórica. Alertando sobre os perigos da social-democracia, Hayek não vacilava em apontar que qualquer limitação dos mecanismos do mercado por parte do Estado se configurava como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, como também política (ANDERSON, 2000).

O ambiente aberto pela derrota do nazifascismo e o fim da Segunda Guerra Mundial foi marcado por uma imensa influência da União Soviética e por políticas de *bem-estar* por parte dos países europeus e dos Estados Unidos. No entanto, se a partir de 1945 ganharam força concepções intervencionistas, é justamente neste período que é fundada a Sociedade Mont Pèlerin (1947), atuando como uma “continuação” mais bem sucedida do Colóquio Walter Lippmann; gerando agora de fato, uma espécie de “franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada com reuniões internacionais a cada dois anos” (ANDERSON, 2000, p. 10). O sucesso desta sociedade foi tão significativo que comumente considera-se sua formação como o início, de fato, da organização internacional dos intelectuais neoliberais.

É possível afirmar que não foi por uma “obra do acaso” que as ideias neoliberais se propagaram, “alguns autores desenvolveram uma estratégia muito consciente de *luta ideológica*. Hayek, Von Mises, Stigler e Friedman de fato *refletiram* sobre a importância da propaganda e da educação, um tema que ocupa parte notável das suas obras e intervenções” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 205). Duas correntes teóricas se destacaram na formulação do pensamento neoliberal: o ordoliberalismo e a escola austro-americana.

O ordoliberalismo surgiu como crítica ao nazismo e ao coletivismo, buscando refundar uma ordem social liberal pós-totalitarismo, mas rejeitando o *laissez-faire*. Defendiam a criação de uma “ordem” que garantisse a liberdade individual e a economia de mercado, entendendo a concorrência como essencial para a eficácia

econômica e para a afirmação individual, sendo um modo de relação interindividual que promoveria autonomia e responsabilidade. Os ordoliberais propunham a reconstituição do indivíduo através de uma sociedade de pequenas unidades familiares, descentralizada e desurbanizada, onde o indivíduo funcionaria como uma pequena empresa. As principais ideias dessa corrente foram: a promoção da concorrência atrelada à norma; o indivíduo como foco do autogoverno e universalização da lógica empresarial (DARDOT; LAVAL, 2016).

Já a corrente austro-americana destacava a figura do empreendedor. Suas ideias se fundamentam na proposição de dois processos combinados: 1) destruição e 2) construção. O primeiro tem como alvo principal o Estado (intervencionista que caminha para o autoritarismo e regressão econômica) e o segundo, tem como alvo o empreendedor (qualquer sujeito econômico). Ou seja:

[...] ver a concorrência no mercado como um processo de descoberta da informação pertinente, como certo **modo de conduta do sujeito que tenta superar e ultrapassar os outros na descoberta de novas oportunidades de lucro. Em outras palavras, radicalizando e sistematizando numa teoria coerente da ação humana alguns aspectos já presentes no pensamento liberal clássico (desejo de melhorar a própria sorte, fazer melhor do que o outro etc.), a doutrina austríaca privilegia uma dimensão agonística: a da competição e da rivalidade.** A partir da luta dos agentes é que se poderá descrever não a formação de um equilíbrio definido por condições formais, mas a própria vida econômica, cujo ator real é o empreendedor, movido pelo espírito empresarial que se encontra em graus diferentes em cada um de nós e cujo único freio é o Estado, quando esta trava ou suprime a livre competição (DARDOT; LAVAL, 2016, p.135).

Para a efetivação de uma nova ordem, defendiam que seria necessário ir muito além de uma política voltada para bens e serviços: era preciso moldar os sujeitos para que tivessem a capacidade de aproveitar as oportunidades de lucro e entrar no processo da livre concorrência. Von Mises defendia a “democracia do consumidor”, sendo contra qualquer intervenção governamental. O mercado assumiria a centralidade, atuando como um processo de autoformação do sujeito econômico, autogovernado e em constante aprendizado.

O empreendedor na visão austro-americana não é um capitalista ou um produtor, mas sim um sujeito de espírito comercial, capaz de identificar e aproveitar oportunidades de lucro quando possui informações que outros não possuem e é assim que o mercado garantiria um processo de formação de si, onde a liberdade de ação resultaria num teste de suas próprias habilidades e capacidade de ajustes e adaptação, desenvolvendo o espírito da especulação em uma mistura de risco e previsão.

Aos intelectuais neoliberais caberia promover a batalha de ideias, fazendo da cultura empresarial um campo estratégico de dominação: empresas, universidades, escolas e meios de comunicação tornam-se instrumentos de formação de sujeitos adaptados ao mercado. Como vimos em Althusser (1985), é através dos aparelhos ideológicos que a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos. No neoliberalismo, esses aparelhos se reconfiguram: passam a operar segundo a gramática da concorrência, infundindo a lógica empresarial no cerne das instituições públicas e privadas (DARDOT; LAVAL, 2016).

O neoliberalismo, é, portanto, resultado de um conjunto de condicionantes históricos distintos, e se torna um novo estágio do capitalismo, na esteira da crise estrutural da década de 1970 (DUMÉNIL; LÉVY, 2014). A crise afetava a todos por meio de uma combinação entre desemprego e inflação crescentes, atíçando movimentos sociais urbanos e a classe trabalhadora em um cenário que parecia apontar em direção à uma alternativa socialista (HARVEY, 2007).

Este era um quadro preocupante para a burguesia: desde a Segunda Guerra Mundial, o capitalismo encontrava-se em uma defensiva estratégica com o avanço das revoluções socialistas e de movimentos de independência; e, nos países de Estado de Bem-Estar social, tornava-se visível o alto preço pago na tentativa de barrar o avanço do comunismo através de políticas sociais (POMAR, 2013).

Assim, quando do estopim da crise, o discurso já existente de que o Estado deveria ser forte “em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas” (ANDERSON, 2000, p. 11) caiu como uma luva para as classes dominantes. Atacava não

só o comunismo, mas toda intervenção estatal voltada para o social e qualquer organização sindical ou movimento social que pudesse impor limites aos poderes da burguesia.

A globalização neoliberal – ou seja, a ordem neoliberal internacional – foi imposta ao conjunto dos países do mundo a partir dos principais países capitalistas do centro do sistema até países menos desenvolvidos da periferia, especialmente a partir da década de 1990 (DUMÉNIL; LÉVY, 2014). Embora a primeira experiência neoliberal tenha sido no Chile.

Após o golpe militar, a economia chilena passou a ser organizada e tutelada pelos Estados Unidos, sendo operada na ditadura de Pinochet pelos chamados *Chicago Boys*, formados intelectualmente pela orientação neoliberal da Escola de Chicago. Os economistas conhecidos como *Chicago Boys* foram responsáveis por uma abertura ainda maior da economia chilena ao capital estrangeiro, pela retirada de qualquer medida protecionista e pela organização de um processo de privatizações em áreas como saúde, previdência e educação (GUAZZELLI, 2004).

Alguns anos depois, na Inglaterra, a escolha de Margaret Thatcher como primeira-ministra, simbolizou a chegada, pela primeira vez, do neoliberalismo à frente do executivo de um país de capitalismo avançado, em uma situação em que aberta e publicamente a “dama de ferro” se empenhava em pôr em prática o programa neoliberal. Em janeiro de 1981, Ronald Reagan tomou posse como Presidente dos EUA, seguindo o mesmo receituário. O avanço dos neoliberais, neste período, garante o executivo de diversos países:

Em 1982, Kohl derrotou o regime social liberal de Helmut Schmidt, na Alemanha. Em 1983, a Dinamarca, Estado modelo do bem-estar escandinavo, caiu sob o controle de uma coalizão clara de direita, o governo Schluter. Em seguida, quase todos os países do norte da Europa ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria, também viraram à direita. A partir daí, a onda de direita desses anos tinha um fundo político para além da crise econômica do período (ANDERSON, 2000, p. 11).

Não se trata aqui de uma nova classe, mas sim de uma nova fase do capitalismo – onde a burguesia disputava seus rumos, no

intuito de superar o liberalismo e combater as organizações dos trabalhadores. É nesse contexto de reorganização do capital global que o Brasil entra em cena, abrindo sua quase inexistente democracia ao neoliberalismo.

## 5 ABERTURA DEMOCRÁTICA PARA O NEOLIBERALISMO NO BRASIL

*Deve, pois, só fazer pelo bem da nação  
Tudo aquilo que for ordenado  
Pra ganhar um Fuscão no juízo final  
E diploma de bem-comportado*  
Comportamento Geral - Gonzaguinha

Nos anos 1980, o Brasil enfrentou recessão, desemprego e inflação em razão da crise internacional e ao colapso do “milagre econômico” (1968–1973) – crescimento acelerado baseado em endividamento externo – que modernizou a economia, mas sem distribuir renda nem garantir direitos sociais.

A dívida externa disparou de US\$12 bilhões (1973) para US\$114 bilhões (1988), e o PIB per capita estagnou. A perda do poder de compra, o aumento do trabalho informal e da pobreza transformaram o país em um “Estado do Mal-Estar” (SANTAGADA, 1990). A renda era extremamente concentrada: em 1985, os 50% mais pobres detinham 13% da renda nacional, enquanto o 1% mais rico acumulava 14,4%. A modernização agrícola intensificou o êxodo rural, com 5% das propriedades controlando quase 70% da área agrícola, levando à favelização e precarização urbana (SANTAGADA, 1990).

A crise se manifestava em alta mortalidade infantil, baixa expectativa de vida, analfabetismo e desnutrição. Santagada (1990) apontou um paradoxo: o Brasil gerava riqueza, mas não a distribuía, essa é uma das explicações de como o Brasil pode figurar entre as maiores potências econômicas do mundo e, ao mesmo tempo, permanecer como um dos países mais desiguais. O paradoxo não é anomalia: é o próprio funcionamento do capitalismo dependente, que concentra riqueza enquanto distribui miséria.

A redemocratização brasileira coincidiu, historicamente, com a consolidação do neoliberalismo como nova racionalidade

mundial. Quando o país dava seus primeiros passos rumo à abertura política, o mundo ingressava em uma etapa de reorganização do capitalismo, marcada pela financeirização, pela globalização produtiva e pela subordinação das políticas públicas à lógica do mercado. Essa coincidência temporal não foi um mero acaso histórico: ela foi moldada de modo a delimitar o alcance das transformações possíveis dentro dessa ordem.

A década de 1980 inaugurou, portanto, uma transição ambígua – democrática na aparência institucional, mas conservadora em seu conteúdo econômico e social. A Nova República nasce sem romper com as heranças da ditadura e, mais do que isso, integrando suas elites políticas, empresariais e militares, preservando tanto os instrumentos de poder quanto os privilégios de classe. Ao mesmo tempo, o neoliberalismo avançava no mundo como projeto hegemônico do capital, redefinindo a própria noção de Estado, cidadania e liberdade.

O Brasil, que encerrava um ciclo de autoritarismo, fazia-se agora laboratório de um novo autoritarismo: de mercado – dessa vez, a democracia se tornava o campo legítimo de um jogo cujas regras continuavam a beneficiar os mesmos de sempre. É nessa dobra que se compreende o caráter profundamente conservador da “abertura democrática”: a forma política da transição encenava a ruptura, mas a substância econômica permanecia subordinada ao capital internacional e aos interesses da burguesia local. Não se tratava de refundar a República, mas de atualizar o pacto de dominação em novas bases discursivas.

## **5.1 Sarney e a Constituição de 1988**

Com a morte de Tancredo Neves antes da posse, num processo de eleições indiretas, quem assumiu a presidência foi seu vice, José Sarney – figura central da antiga Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação do regime militar, que havia migrado para o MDB pouco tempo antes. O governo Sarney (1985–1990) foi marcado pela incorporação de lideranças da ARENA/PDS à Nova República, garantindo a continuidade institucional da ditadura sob nova fachada civil. Ao mesmo tempo, é conhecido pela

implementação do Plano Cruzado, pelo congelamento de preços e salários e pelo surgimento das “fiscais do Sarney”. É também um período de reorganização popular, com greves massivas, fortalecimento do movimento sindical e emergência de pautas comunitárias.

No entanto, a economia brasileira permanecia atrelada às diretrizes do Fundo Monetário Internacional (FMI), que impunha planos de estabilização e austeridade em troca de crédito externo. O discurso sobre o endividamento do Estado tornava-se o argumento central para cortes e congelamentos de investimentos sociais, servindo como mecanismo de legitimação da desigualdade. As consequências recaíam sobre a população, especialmente na saúde e na educação, já marcadas por desigualdades estruturais.

Segundo o Conselho Nacional de Secretaria de Saúde (CONASS), em julho de 1984 estimava-se a incidência da malária em 160.000 casos por ano. Havia no país cerca de 7 milhões de chagásicos, 6 milhões de pessoas com esquistossomose, 200.000 com tuberculose pulmonar e 500.000 com hanseníase. As doenças diarreicas eram responsáveis por 40 por cento dos óbitos infantis, enquanto as doenças cardiovasculares, os tumores e os acidentes vasculocerebrais causavam 60 por cento do total de óbitos nas regiões Sudeste e Sul. (Proposta de Política de Saúde Mental da Nova República [Anexo da I CNSM, 1987], BRASIL, 1988, p. 35).

A luta por uma nova Constituição era uma das principais bandeiras da oposição. No entanto, o processo constituinte foi amplamente controlado pelo Executivo e pelos militares, e a nova Carta constitucional refletiu um compromisso entre forças conservadoras e progressistas. Consagrou direitos fundamentais, mas a maioria deles dependia de regulamentações posteriores – o que abriu espaço para sucessivos bloqueios e desidratações.

O próprio Sistema Único de Saúde (SUS), nascido dessa ambiguidade, expressa o avanço político tensionado pelo liberalismo constitucional.

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada. §1º - As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes des-

te, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos. (BRASIL, 1988, n.p.)

Para Lima (2025) trata-se de uma grande contradição estrutural. Ao passo que se garantiu a criação de um dos sistemas públicos mais abrangentes do mundo, o SUS; é subfinanciado (quando não, desfinanciado) sistematicamente pelo Estado brasileiro. Segundo ele, apesar da constitucionalidade do acesso universal, “o gasto privado supera o público: cerca de 60% dos gastos totais vêm do setor privado, enquanto apenas 40% são direcionados ao SUS, que cobre não só consultas e procedimentos para toda a população, mas também vigilância epidemiológica, regulação e uma imensa gama de serviços”;

A direita considerava a nova Constituição “exagerada”. Questionado se o texto não seria um Frankenstein, Sarney respondeu: “Creio que o que foi feito é mais grave. Foram incluídas na Constituição todas as reivindicações corporativas, tornando o país ingovernável, com um desbalanço entre seu poder e seu dever.” (Agência Senado, 2008).

Para a esquerda, a nova Carta era insuficiente:

“[...] mesmo havendo avanços na Constituinte, a essência do poder, a essência da propriedade privada, a essência do poder dos militares continua intacta nesta Constituinte. Ainda não foi desta vez que a classe trabalhadora pôde ter uma Constituição efetivamente voltada para os seus interesses [...] A questão do capital continua intacta. Patrão, neste País, vai continuar ganhando tanto dinheiro quanto ganhava antes, e vai continuar distribuindo tão pouco quanto distribui hoje.” (LULA DA SILVA, 1988, p. 14313–14314).

A Nova República consolidou, assim, uma democracia formalmente ampliada pelo voto universal, em que o poder real permanecia nas mãos das elites econômicas. O Estado recuperava sua fachada liberal, mas operava segundo a lógica da dependência externa e da contenção social. A democracia brasileira, enfim, nascia como um pacto de reconciliação entre os de cima, e o neoliberalismo encontrou nesse arranjo o terreno fértil para sua penetração ideológica e política.

## 5.2 Collor e FHC: a institucionalização do neoliberalismo

O ciclo do governo Collor irrompeu como a primeira grande aula pública desse novo credo. O ex-governador alagoano, eleito por um partido de base da antiga ARENA, encarnava o liberalismo de vitrine: jovem, midiático, defensor do Estado mínimo e da abertura comercial. Sua campanha – marcada pelo slogan do “caçador de marajás” – traduziu, para o senso comum, a ideologia do mercado como libertação. A corrupção e a ineficiência, dizia-se, vinham do excesso de Estado, e a salvação viria com a privatização e o empreendedorismo.

O Plano Collor, com o confisco das poupanças, marcou o início traumático dos anos 1990. Segundo relatos da imprensa, no dia 19 de março de 1990, três dias após o anúncio do pacote econômico, um dentista de Campos (RJ) tirou a própria vida após descobrir que suas economias estavam bloqueadas – um episódio que simbolizava o desespero de uma população desamparada. Perguntado, anos depois, sobre o impacto social de suas medidas, Collor respondeu:

Não tenho conhecimento de aumento das taxas de suicídio que possa ser associado às medidas econômicas. Falências podem ter havido, mas são parte da dinâmica natural de uma economia competitiva (BBC, 2020, n.p.).

A frieza dessa resposta resume o espírito da nova era. A combinação de privatizações, arrocho fiscal e subordinação ao capital financeiro gerou uma crise social profunda. Manifestações populares tomaram as ruas e, em 1992, o presidente renuncia após escândalos de corrupção. Mas a queda de Collor não interrompeu o ciclo neoliberal – apenas o institucionalizou.

Itamar Franco, vice de Collor, assumiu a presidência ao lado de seu ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, implementou o Plano Real, em 1994, e preparou o terreno para a consolidação do modelo. O plano estabilizou a moeda, mas à custa de cortes orçamentários, juros elevados, privatizações e dependência externa crescente.

A agenda ganhou contornos institucionais: agências reguladoras, metas de inflação e superávit primário converteram-se em

doutrinas de governança. Nada disso é neutro. Cada uma dessas medidas redefiniu o que o Estado pode e o que o Estado deve fazer, comprimindo o espaço do público e ampliando o do mercado. Privatizações e reestruturações setoriais foram traduzidas como modernização. “Produtividade” e “governança” tornaram-se palavras-chave no vocabulário da política.

O governo FHC (1995–2002) consolidou essa racionalidade. Sob o discurso da estabilidade e da integração ao “mundo globalizado”, o país viveu a mais intensa onda de privatizações de sua história. O Brasil se alinhava, assim, às reformas estruturais do Consenso de Washington e à doutrina do capital financeiro internacional.

Como observa Borges (2002):

[...] houve uma vertiginosa degradação das condições de vida dos brasileiros, com milhões vegetando na barbárie. Em recente visita ao país, Jean Ziegler, relator especial da ONU, acusou o atual governo de cometer um ‘genocídio silencioso’. Prova disso é que FHC reduziu os gastos sociais. Entre 1995 e 2000, os recursos destinados à saúde diminuíram de 2,1% para 1,96%; os da educação caíram de 1,4% para 1,2% (BORGES, 2002, p. 97).

O Estado mínimo mostrou-se máximo na repressão e mínimo no cuidado. A dívida social aumentou na mesma proporção em que a dívida pública se transformava em mecanismo de controle. Os planos de estabilização, o desemprego estrutural e o corte de políticas sociais ampliaram a distância entre o “Brasil financeiro” e o “Brasil real”, aprofundando a precarização e o sofrimento social.

### **5.3 Governos Lula e Dilma**

Os governos petistas marcaram uma inflexão dentro dessa racionalidade, não a sua ruptura. Luís Inácio Lula da Silva, primeiro presidente oriundo da classe trabalhadora, chegou à presidência em 2003 com o desafio de conciliar crescimento econômico, inclusão social e estabilidade macroeconômica – um tripé que expressava o limite das transformações possíveis dentro do capitalismo dependente.

Durante o primeiro mandato, o governo operou com cautela fiscal e metas rígidas de inflação, mas ampliou o crédito, fortaleceu o consumo interno e criou o Bolsa Família, que se tornou símbolo de uma política social de massa sem ruptura estrutural. A inclusão veio pelo consumo e pela ampliação da renda mínima, não pela redistribuição de poder ou propriedade. Ao mesmo tempo, houve crescimento do emprego formal e elevação real do salário-mínimo, o que permitiu um ciclo de avanços sociais.

No plano internacional, o Brasil se projetava como uma das principais economias emergentes, integrando os BRICS e ganhando peso político no cenário global, o que despertou atenção e incômodo nas elites locais e nos Estados Unidos. O país combinava crescimento econômico com políticas sociais inclusivas – e essa combinação parecia contrariar o dogma neoliberal. O risco, para o capital, era que a periferia começasse a afirmar um caminho próprio de desenvolvimento. A reação não tardou.

O segundo mandato e o governo Dilma Rousseff buscaram dar continuidade a esse projeto. Com Guido Mantega na Fazenda, tentou-se um desenvolvimentismo tardio, apoiado em grandes programas de investimento público – como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – e na expansão do ensino superior, com políticas como o REUNI e o FIES. A descoberta do pré-sal parecia prometer autonomia energética e soberania nacional.

Mas, enquanto o Brasil se afirmava no cenário internacional, as elites econômicas e políticas se reorganizavam internamente. A crise financeira global de 2008 expôs os limites da conciliação. As margens de manobra fiscal se estreitaram, e o capital financeiro, pressionado pela queda das taxas de lucro, voltou a exigir ajustes. Dilma respondeu com um misto de hesitação e pragmatismo: ampliou o papel do Estado em investimentos estratégicos, mas manteve o compromisso com o equilíbrio fiscal. A “nova matriz econômica” de 2011, ao reduzir juros e tentar estimular a indústria, foi recebida com hostilidade pelo sistema financeiro e pelos meios de comunicação.

Em 2013, o pacto começou a ruir. As manifestações de junho, inicialmente motivadas pelo aumento das passagens de transporte, converteram-se em campo de disputa ideológica. Parte da direita

emergente, impulsionada por *think tanks* como o Movimento Brasil Livre e o Instituto Millenium, apropriou-se das ruas, convertendo a indignação difusa em antipetismo organizado. O governo respondeu de forma errática, oscilando entre diálogo e repressão. Como observa Miguel (2019)

[...] o governo Dilma Rousseff foi incapaz de encontrar sua posição neste novo cenário. Sua resposta às manifestações foi ziguezagueante; quando a presidente se manifestou em rede nacional, propôs ‘cinco pactos’, uma mixórdia que incluía uma reforma política potencialmente democratizante, mas também aderida ao receituário conservador da ‘responsabilidade fiscal’. [...] A preocupação era reduzir os danos até as eleições seguintes – quando, se esperava, tudo voltaria à ‘normalidade’. Toda a elite política tradicional leu as manifestações pela chave do cálculo eleitoral.” (MIGUEL, 2019, p. 157–158).

A reeleição de Dilma, em 2014, ocorreu sob uma tempestade. Pressionada pelo mercado e pelo Congresso, ela nomeou Joaquim Levy – um economista identificado com o sistema financeiro – para o Ministério da Fazenda. As medidas de ajuste fiscal vieram logo depois das urnas: cortes em programas sociais, restrições à previdência e endurecimento das metas de superávit. A burguesia brasileira, entretanto, não estava satisfeita.

#### **5.4 Golpe e restauração de classe**

O impeachment de 2016 foi o ponto de inflexão da ofensiva conservadora. Juridicamente apresentado como resposta a “pedaladas fiscais”, politicamente operou como restauração aberta do poder de classe. O episódio expressou a manifestação radical dos pilares do capitalismo brasileiro – desigualdade, dependência externa, democracia restrita e desenvolvimento conservador. O golpe foi o instrumento jurídico-institucional de uma estratégia mais ampla de recomposição burguesa, articulando Judiciário, mídia e capital financeiro.

Michel Temer assumiu com o discurso da “responsabilidade fiscal” e da “reconstrução econômica”, mas seu governo significou a

reedição do receituário neoliberal em sua forma mais crua. O programa Uma Ponte para o Futuro, elaborado pelo *think tank*, Fundação Ulysses Guimarães, foi o roteiro da ofensiva. Aprovou-se a Emenda Constitucional que previa o congelamento dos investimentos públicos em saúde, educação e assistência – sob o pretexto do equilíbrio fiscal, significou a institucionalização da política de morte.

Na sequência, vieram a Lei da Terceirização e a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017), que flexibilizou a jornada, fatiou férias, fragilizou sindicatos e permitiu a contratação por hora, o trabalho intermitente e o home office.

A Lei nº 13.429/2017, que dispõe sobre o trabalho temporário e os princípios da terceirização, aumenta o tempo previsto para o contrato temporário e abre precedente para a precarização das condições de trabalho. [...] A Reforma Trabalhista rompe com direitos históricos, prevendo acordos individuais em detrimento dos coletivos e facultando até mesmo ao médico do trabalho a decisão sobre a exposição de mulheres grávidas a trabalhos insalubres (DA SILVA MENEGON et al., 2019, p. 256).

O governo Temer instituiu, assim, a base jurídica e ideológica para o avanço do neoliberalismo em sua forma mais conservadora. A vitória de Bolsonaro em 2018 foi continuação e radicalização do golpe. O ex-capitão incorporou o antipetismo, o moralismo religioso, o autoritarismo e o discurso de ódio, apoiado pela grande mídia e por uma base social ressentida. Brown (2024, p. 1) sinaliza que a racionalidade neoliberal e neoconservadora “trabalham simbioticamente para produzir um sujeito relativamente indiferente à verdade e à responsabilização no Governo, à liberdade política e à igualdade entre os cidadãos”.

A candidatura de Jair Bolsonaro foi viabilizada por uma articulação que combinou fatores internos e externos. No plano internacional, contou com o apoio da direita conservadora, especialmente norte-americana, representada por figuras como Steve Bannon o “pai das *fake news*” – estrategista da campanha de Donald Trump. No plano nacional, beneficiou-se da prisão de Luiz Inácio Lula da Silva – então líder absoluto nas pesquisas – e da atuação seletiva da Operação Lava Jato, que funcionou como um aparelho jurídico-midiático de criminalização da esquerda.

Em vários momentos, a atuação do juiz Sérgio Moro se mostrou claramente casada com o cronograma da derrubada da presidente, culminando na divulgação do áudio de uma escuta telefônica ilegal entre Dilma e Lula. [...] Após o golpe, ele continuou pautando sua ação pela necessidade de impedir uma nova vitória do PT. [...] Convidado por Jair Bolsonaro ainda durante a campanha, tornou-se Ministro da Justiça do governo da extrema-direita, o que comprova a motivação política de suas ações. [...] A Lava Jato foi – ou ao menos incluiu – uma conspiração contra a democracia no Brasil (MIGUEL, 2019, p. 172–173).

Bolsonaro encerrou sua campanha comprometendo-se a “varrer os vermelhos” do país e iniciou seu mandato prometendo libertar o Brasil do socialismo, do gigantismo estatal e do politicamente correto. Essa retórica de purificação moral alimentou a polarização e naturalizou a violência política, que se intensificou durante as eleições de 2018. Nesse contexto, tornaram-se símbolos do ódio de classe e de raça o assassinato do capoeirista Mestre Moa do Katendê e da vereadora Marielle Franco — mulher negra, LGBTQIA+, cria da favela da Maré, socióloga e defensora dos direitos humanos. Marielle encarnava, em sua existência e em sua luta, tudo o que as elites brasileiras historicamente não suportaram: o povo que ousa existir como sujeito político.

O golpe de 2016 e a instrumentalização da Justiça não apenas interromperam um ciclo político, mas redefiniram os limites do possível no discurso público. A corrosão da confiança na política institucional, as ameaças e a criminalização da esquerda abriram espaço para um novo tipo de autoritarismo, travestido de antipolítica e sustentado pela racionalidade neoliberal.

## **5.5 A radicalização autoritária e a pandemia como política de morte**

O governo Bolsonaro evidenciou a intrínseca relação entre neoliberalismo e autoritarismo. O discurso da eficiência justificou cortes, privatizações e o desmonte de instituições públicas. Sob o pretexto de combater “privilégios” e “gastos excessivos”, transferiu-se renda ao capital financeiro e ampliou-se a pauperização da classe

trabalhadora. O Estado mínimo mostrou-se plenamente funcional como Estado de exceção permanente: mínimo para proteger vidas, máximo para proteger lucros.

Durante a pandemia de Covid-19, essa racionalidade atingiu seu grau máximo de brutalidade. Entre 2020 e 2022, mais de 690 mil brasileiros morreram – muitas dessas mortes poderiam ter sido evitadas. O governo negou a gravidade da doença, sabotou medidas de prevenção, retardou a compra de vacinas e incentivou medicamentos ineficazes. O estudo do Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário (CEPEDISA/FSP/USP), em parceria com a Conectas Direitos Humanos, demonstrou que a política do governo teve caráter deliberado: não se tratou de negligência, mas de uma estratégia de disseminação do vírus para preservar a economia e garantir a acumulação do capital.

Enquanto outras nações, mesmo sob governos da direita, expandiram o gasto público e adotaram medidas de proteção social, o Brasil aprofundava o austericídio. Facchini (2020) observa:

Na Alemanha, Merkel fala em expansão da dívida pública; nos Estados Unidos, Trump fala em participação do Estado na economia e libera o caixa para atender empresas e populações vulneráveis. [...] No Brasil, infelizmente, a epidemia exhibe mais uma vez ao mundo um governo nacional ridículo, confuso e surpreso com o tamanho da encrenca (FACCHINI, 2020, p. 5).

Não há dúvidas de que o Estado brasileiro, sob o governo de Bolsonaro, utilizou a gestão da morte como instrumento de governo. A distância entre ricos e pobres aumentou, o desemprego e a fome voltaram a índices históricos, e a desesperança e violência tornaram-se ainda mais constantes na vida cotidiana.

Mesmo assim, Bolsonaro manteve apoio expressivo – de empresários a trabalhadores precarizados, unificados por uma ideologia que misturava messianismo, ressentimento e desejo de vingança. Catalini (2018) descreve com precisão essa atmosfera:

O Brasil parece ter sido possuído, nos últimos tempos, por forças demoníacas. Um sentimento de apocalipse, insuflado pela Besta na figura de Bolsonaro, é absorvido tanto por aqueles que

desejam o apocalipse quanto por aqueles que o temem. [...] O país se dividiu entre ameaçadores e ameaçados: estar do lado dos ameaçadores, ou tornar-se um ameaçador, produz a ilusão de que não se é ameaçado com aquilo que se escolhe apoiar (CATALINI, 2018, n.p.).

Nas eleições de 2022, Jair Bolsonaro<sup>4</sup> obteve 58 milhões de votos, mas foi derrotado por Luiz Inácio Lula da Silva. Essa vitória, entretanto, não marcou o fim do bolsonarismo. O país permaneceu polarizado, com setores armados, empresariais e religiosos mobilizados em contestação ao resultado das urnas – expressão de um país à beira de um colapso institucional. Esse cenário reflete a manifestação radical dos pilares do capitalismo brasileiro.

Ainda que as eleições de 2022 e a posse de Lula em seu terceiro mandato não tenham dissolvido o bolsonarismo, a vitória representou, em grande medida, a reorganização das forças democráticas e reacendeu a esperança de avanços sociais e civilizatórios – mesmo diante da continuidade de um governo de conciliação.

O neoliberalismo brasileiro não se encerra em suas fronteiras. Ele integra uma racionalidade mundial que centraliza a acumulação de riquezas e difunde valores, tecnologias e modos de vida. E logra garantir a dominação da classe trabalhadora, que muitas vezes é capaz de lutar contra os seus próprios interesses, para assegurar a manutenção da realidade tal como ela se apresenta. Para isso, a ideologia precisa operar.

---

4 Julgado pelos crimes de golpe de Estado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, liderança de organização criminosa armada; dano qualificado pela violência e grave ameaça contra o patrimônio da união e deterioração de patrimônio tombado. A denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) refere que o ex-presidente e outros sete aliados, entre ex-auxiliares e militares, tentaram derrubar a democracia e impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), entre o fim de 2022 e o início de 2023. Bolsonaro foi condenado a 27 anos de prisão em regime fechado. No momento em que finalizo esse livro, o processo ainda não transitou em julgado e a pena segue sendo cumprida em regime de prisão domiciliar.

## 6 SUJEITO NEOLIBERAL

*Se essa vida se resume a dinheiro  
Corre corre o dia inteiro para a vida se pagar  
Faço o quê, se acordo sem trocado  
Sem din din fico bolada  
Sem tutu não valho nada*  
Tá com dólar, tá com Deus – Francisco, el Hombre

Na música “Tá com dólar, tá com Deus” a banda Francisco, el hombre nos provoca a refletir sobre a condição de vida da classe trabalhadora “corre corre o dia inteiro para a vida se pagar”. O que aparece como pressa e escassez no cotidiano é o efeito visível de uma arquitetura social que subordina a vida ao trabalho e o trabalho à valorização do capital.

Como já vimos, o capitalismo, apesar de se manifestar de maneiras distintas a depender da formação econômico-social que analisamos, sempre se estrutura a partir da relação entre capital e trabalho. Ao longo do tempo, foi preciso convencer a todos de que o mundo, necessariamente, deveria ser assim. Foi preciso estranhar a relação entre trabalhador e trabalho – e entre trabalhador e ele próprio:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto às mercadorias que cria. Com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (*Menschenwelt*) (MARX, 2010, p. 80).

O trabalho estranhado, ocultado pela burguesia, condiciona a classe trabalhadora a um modo de vida que é essencialmente infeliz: “primeiro, que o trabalho é externo ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que nele não se afirma, portanto, em seu trabalho,

mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz” (MARX, 2010, p. 82).

Marx expõe, ainda, o sentimento comum à classe trabalhadora:

O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. **O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele.** Sua estranheza (Fremdheit) evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexistia coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. **O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de autossacrifício, de mortificação** (MARX, 2010, p. 83, grifos meus).

O capitalismo produz, em seu âmago, um complexo de contradições entre capital e trabalho, que tem se modificado e se retroalimentado de suas contradições ao longo dos últimos três séculos, ampliando a invisibilidade do trabalho e agravando as desigualdades causadas por um modo de produção baseado na exploração que afeta toda a sociedade.

Neste sentido, se considerarmos o capitalismo como sistema incapaz de garantir a satisfação das necessidades humanas de todos, por se sustentar a partir de uma lógica de acumulação privada e assim necessariamente gerar momentos de degradação ainda mais intensos da vida humana, como nas crises. Não seria correto afirmar que o capitalismo mantém uma relação indissociável com o suicídio?

As crises de 1929 e 2008 sinalizam nesse sentido. A primeira, marcada pelo episódio conhecido como “Quinta-feira Negra”, referente ao dia 24 de outubro de 1929, quando ocorreu o *crash* da bolsa de valores em Nova Iorque, teve como resultado um aumento de 9.9% de casos de suicídio registrados nos Estados Unidos em 1930. A média anual anterior, entre 1927 e 1929 crescia a um ritmo de 1.9% ao ano (LUO et al., 2011, online). Em 2008, a eclosão da crise que desencadeou uma cascata de colapsos financeiros, também

resultou em um incremento no número de suicídios, como apontam diferentes estudos<sup>5</sup>.

Com relação às crises, David Harvey atenta que:

[...] o que há de tão notável nas crises não é tanto a ampla reconfiguração da paisagem física, mas as mudanças drásticas no modo de pensar e entender, nas instituições e ideologias dominantes, nos processos, alianças e subjetividades políticas, nas tecnologias e formas organizacionais, nas relações sociais, nos costumes e nas preferências culturais que permeiam a vida cotidiana. As crises abalam profundamente nossas concepções de mundo e do lugar que ocupamos nele. E nós, como participantes e habitantes inquietos desse mundo que vem surgindo, temos de nos adaptar, por coerção ou consentimento, a um novo estado de coisas, ao mesmo tempo que, por meio de nossas ações e do modo como pensamos e nos comportamos, damos nossa pequena contribuição às complicações desse mundo (HARVEY, 2016).

Além disso, a crise atual provocou um aprofundamento das soluções neoliberais (HARVEY, 2016). Propaga-se para a grande massa de trabalhadores impossibilitados de trabalhar, devido a expansão do desemprego (tido como “necessário” e “natural” para os neoliberais), a ideia de que as flexibilizações das relações de trabalho poderão garantir uma vida melhor a todos – ao empresário que poderá empreender livre dos empecilhos do Estado e ao trabalhador, que voltaria a ter emprego. Esta movimentação atua para criar e consolidar uma mentalidade que acentua o individualismo, a concorrência e a meritocracia.

Esta perspectiva deposita no indivíduo a responsabilidade total pelo sucesso e pela felicidade que se materializaria no consumo, no acesso a bens, no empoderamento (DARDOT; LAVAL, 2016; ANTUNES, 2018).

Neste sentido, Dardot e Laval apontam que:

---

<sup>5</sup> Diversos estudos corroboram esta visão, dentre os quais destacamos o estudo desenvolvido pela parceria entre pesquisadores de diferentes países e instituições sobre o impacto da crise de 2008 no suicídio, elencando dados de 54 países, onde se revela um crescimento do número da taxa de suicídios no ano seguinte em países afetados mais diretamente pela crise – como os Estados Unidos, por exemplo (CHANG et al., 2013).

[...] quando a empresa torna-se uma forma de vida [...], a multiplicidade de escolhas que se devem fazer dia a dia, o encorajamento a assumir riscos continuamente, a incitação permanente à capacitação pessoal podem causar com o tempo um ‘cansaço de si mesmo (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 367).

Ricardo Antunes, observando outro aspecto desta radicalização neoliberal, aponta para o fato de o suicídio nos locais de trabalho ter se tornado uma realidade cada vez mais presente, tendo relação direta com “deterioração das condições de trabalho sob a vigência da gestão flexível” (ANTUNES, 2018, p. 144).

Em outras palavras, o neoliberalismo tende a acentuar o número de suicídios por duas vias: 1) a precarização das condições de trabalho e de não trabalho, piorando as condições materiais de vida da classe trabalhadora; 2) pela imposição de uma visão de mundo que deposita no sujeito, todas as responsabilidades pelo “sucesso” ou “fracasso” em sua vida – quando sabemos que as políticas neoliberais são voltadas justamente para gerar a miséria de muitos e a “felicidade” de poucos.

Os neoliberais apresentam algumas soluções conducentes para uma vida próspera. Através de *Think Tanks*, por exemplo, expressam alternativas que, ao passo que politiza a discussão sobre o enxugamento do Estado, considerando-o então oneroso, limitador, totalitário –apresenta saídas individuais que, como vimos, passam pela competição, pelo individualismo, pelo empreendedorismo, pela meritocracia, entre outros. Friederichs (2016) nos apresenta uma contextualização para isso:

os *think tanks* surgiram nos Estados Unidos, na primeira década do século XX, com o objetivo de profissionalizar a política, ou seja delegar a especialistas as discussões sobre os problemas estatais. As primeiras instituições voltaram-se para a temática da política externa e em seguida para as reformas do Estado. A partir da década de 1960 e 1970 seu uso se expandiu e suas ideias, agora mais amplas e englobando várias áreas, passam a ser difundidas em revistas e jornais. O apoio financeiro de corporações, partidos políticos, universidades, além do próprio Estado foram essenciais para a disseminação dos TTs. Desde então, o crescimento desses institutos é contínuo e se pauta na defesa de determinadas correntes político-ideológicas, embora

se apresentem como organizações independentes (FRIDERICH, 2016, p. 110-111).

Outra definição, que conceitua os *think tanks*, é a proposta por Hauck (2015), ao afirmar que:

*Think tanks* são organizações focadas em influenciar o processo político, direta ou indiretamente, com ideias afetas às políticas públicas. Após sua geração ou compilação por seus especialistas, utilizam diferentes estratégias para promovê-las – junto à opinião pública, à mídia, aos formuladores de políticas e aos tomadores de decisão, em tempo hábil e oportuno para o aproveitamento das janelas de políticas e visando o levantamento de recursos que mantenham suas operações (HAUCK, 2015, p. 64).

Ou seja, na busca por reificar a perspectiva neoliberal, a burguesia se utiliza de instrumentos como os *think tanks* que buscam intervir na disputa política atingindo, se não a opinião pública diretamente, ao menos os “formadores de opinião” – ou, em outros casos, formando quadros para a gestão de institutos, empresas e de políticas públicas.

Essas organizações defendem e propagam com afinco o livre mercado e, para isso, sustentam diferentes teorias para demonstrar e convencer o conjunto da sociedade de que a única condição para a liberdade humana é garantir liberdade das grandes empresas, do livre mercado. Vendem como verdade inquestionável a ideia de que qualquer indivíduo pode atingir o sucesso econômico, desde que se esforce e assuma para si a perspectiva empreendedora.

León (2013), nos implica a refletir sobre um processo de colonização do espírito e da memória da humanidade, dada pela negação da história dos colonizados. Neste sentido, a colonização não pressupõe, como já vimos, apenas o extermínio físico dos colonizados, mas sobretudo o ataque à identidade histórica e cultural do grupo colonizado:

De hecho, una verdadera colonización no tiene lugar hasta que el colonizado asume como suya la ideología del que lo coloniza y la identificación con el que lo domina, lo que incluye la ne-

gación de si mismo y la imposibilidad de acceder a su realidad histórica como colonizado (LEÓN, 2013, p. 39-40).

Dardot e Laval (2016, p.327) refletem que atua-se por uma homogeneização do discurso das pessoas em torno da figura da empresa, usando-se de “diversas técnicas [que] contribuem para a fabricação desse novo sujeito unitário, que chamaremos indiferentemente de ‘sujeito empresarial’, ‘sujeito neoliberal’ ou, simplesmente, *neossujeito*” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327). Este novo sujeito deve curvar-se inteiramente a sua atividade profissional, ser um “colaborador” da empresa em que trabalha, tornar-se um empreendedor de si mesmo. Em síntese:

Ele deve trabalhar para sua própria eficácia, para a intensificação de seu esforço, como se essa conduta viesse dele próprio, como se esta lhe fosse comandada de dentro por uma ordem imperiosa de seu próprio desejo, à qual ele não pode resistir. [...] Em outras palavras, a racionalidade neoliberal produz o sujeito de que necessita ordenando os meios de governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos. ‘Empresa’ é também o nome que se deve dar ao governo de si na era neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327 - 328).

Estes movimentos podem ser vistos na prática nas publicações dos *think tanks* brasileiros, tais como o Instituto Liberal, o Instituto de Estudos Empresariais, o Instituto Von Mises Brasil, o Instituto Liberdade ou o Instituto Millenium. Tomemos como exemplo o Instituto Liberal, uma organização sem fins lucrativos e de vinculação político-partidária vedada por seu estatuto.

Nascido já no cenário de redemocratização, representa grandes grupos econômicos nacionais e transnacionais que financiam suas atividades – como a Nestlé, o Banco de Boston, a Votorantim, a Sharp, entre outros (CASIMIRO, 2016, p. 239). O propósito do Instituto Liberal é ampliar as bases de consenso entre os diferentes estratos da burguesia, oferecendo um projeto político-ideológico para a sociedade brasileira (CASIMIRO, 2016, p. 240).

No *website* do Instituto Liberal, não faltam exemplos de propagação da lógica neoliberal. Entre eles, títulos como “Reflexões

sobre o individualismo” (10/11/2022), escrito por Roberto Rachevsky, apresentado como “Empresário e articulista”, onde afirma que o individualismo:

[...] é a doutrina que transforma o amor próprio, a autoestima, o autointeresse, o egoísmo em alavancas para que os indivíduos possam mover o mundo em direção à civilização, à prosperidade e à paz. [...] Individualismo é o ser humano vivendo como um fim em si mesmo, que só pode ser satisfeito através do mútuo reconhecimento de todos, cada um, têm direitos individuais: vida, liberdade e propriedade, sem o que a busca da felicidade pelo mérito é impossível (RACHEWSKY, 2022).

Outro exemplo pode ser localizado no texto “Concorrência” (17/12/2014) da jornalista Ligia Figueiras ao comparar a concorrência entre empresas e sujeitos a uma floresta tropical:

A razão para as florestas tropicais serem, apesar disso, ecossistemas impressionantes é a concorrência que promovem. As árvores só crescem tanto porque concorrem umas com as outras pelos preciosos raios solares. Milhares de plantas, pássaros e insetos de espécies as mais variadas concorrem pelos nutrientes. O resultado é um lugar rico em biodiversidade.

De muitos modos, os mercados são como florestas tropicais. Os mercados reúnem recursos escassos e desejos virtualmente ilimitados. É através da concorrência entre estas diferentes vontades e a concorrência entre os diferentes modos de satisfazê-las que os mercados criam prosperidade onde havia escassez.

[...] Num mundo competitivo, você nunca está muito seguro de sua posição. Se um concorrente tiver uma ideia melhor ou um produto melhor, seus dias como líder de mercado estão contados. **A concorrência é o melhor antídoto para a complacência, a arrogância e a preguiça** (FIGUEIRAS, 2014).

Por fim, tomemos o texto “Sobre a desigualdade e a coerção” (09/07/2018) de Roberto Rachevsky:

A coerção que quer estimular a distribuição de renda, concentra renda e cria mais pobreza porque quem produz fica desmotivado por ver que o fruto do seu trabalho será desapropriado e quem recebe a assistência com a riqueza tomada, percebe que para viver não precisa trabalhar, não precisa criar valor para a sociedade. O capitalismo é o único sistema político-econômico que permite que o processo de criação de riqueza se torne, de forma natural, concomitante, constante, voluntária e justa, um processo de distribuir riqueza (RACHEWSKY, 2018, online).

Os três exemplos acima sintetizam, cada um a seu modo, o pensamento neoliberal e suas formas de propagação a partir do Instituto Liberal. Para Dardot e Laval (2010) esse novo governo de sujeitos contrapõe comunidade (lugar de realização pessoal) a empresa (local de competição). Este local de competição busca a exigência, e é a partir disso que o sujeito passa a conformar-se intimamente com a busca de sua própria excelência:

Desse modo, injunge-se o sujeito a conformar-se intimamente, por um trabalho interior constante, à seguinte imagem: ele deve cuidar constantemente para ser o mais eficaz possível, mostrar-se inteiramente envolvido no trabalho, aperfeiçoar-se por uma aprendizagem contínua, aceitar a grande flexibilidade exigida pelas mudanças incessantes impostas pelo mercado. **Especialista em si mesmo, empregador de si mesmo, inventor de si mesmo, empreendedor de si mesmo: a racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição. Todas as suas atividades devem assemelhar-se a uma produção, a um investimento, a um cálculo de custos. A economia torna-se uma disciplina pessoal** (DARDOT; LAVAL, 2010, p. 330-331).

São inúmeros os fatores que revelam os impactos nocivos de um modo de organização social que se entranha na vida material e subjetiva das pessoas. Como descreve a escritora Eliane Brum (2016), em sua coluna:

Nos achamos tão livres como donos de tablets e celulares, vamos a qualquer lugar na internet, lutamos pelas causas mesmo de países do outro lado do planeta, participamos de protestos globais e mal percebemos que criamos uma pós-submissão. Ou

um tipo mais perigoso e insidioso de submissão. Temos nos esforçado livremente e com grande afincio para alcançar a meta de trabalhar 24X7. Vinte e quatro horas por sete dias da semana. Nenhum capitalista havia sonhado tanto. O chefe nos alcança em qualquer lugar, a qualquer hora. O expediente nunca mais acaba. Já não há espaço de trabalho e espaço de lazer, não há nem mesmo casa. Tudo se confunde. A internet foi usada para borrar as fronteiras também do mundo interno, que agora é um fora. Estamos sempre, de algum modo, trabalhando, fazendo networking, debatendo (ou brigando), intervindo, tentando não perder nada, principalmente a notícia ordinária. Consumimos-nos animadamente, ao ritmo de emoticons. E, assim, perdemos só a alma. E alcançamos uma façanha inédita: ser senhor e escravo ao mesmo tempo.

A financeirização e a plataformização da economia completaram o ciclo iniciado com as reformas neoliberais. As Big Techs – Google, Amazon, Meta, Apple, Microsoft – converteram-se em conglomerados globais de extração de valor, monopolizando informação, comunicação e consumo. A promessa de conexão universal esconde a apropriação privada do comum. Ao mesmo tempo em que oferecem “liberdade” e “acesso”, moldam comportamentos e orientam desejos. A tecnologia, apresentada como neutra, é parte do mesmo processo de acumulação.

As plataformas intensificam o que já era característico do neoliberalismo: a individualização das responsabilidades e a dispersão dos conflitos. O sujeito é convocado a se tornar sua própria empresa, seu próprio algoritmo.

Em países como o nosso, essa racionalidade opera de modo particularmente perverso. A austeridade, o desmonte das políticas públicas e a precarização do trabalho convergem para um cenário em que a sobrevivência depende também da performance –virtual ou *in loco*. A financeirização do cotidiano amplia o crédito como substituto da renda: cartão, consignado, “pix no crédito”, aplicativos que adiantam salário ou antecipam o próprio FGTS. O orçamento doméstico vira planilha de sobrevivência; o tempo de vida, colateral.

A “eficiência” atravessa a escola, os serviços públicos e a vida cotidiana. Ela nomeia fracassos (“falta de foco”, “baixa produtividade”), privatiza culpas (“você não se esforçou o suficiente”) e prescreve remédios (“curso, mentoria, app”). O sofrimento no setor

público ou privado é reorganizado como dado econômico. “Gestão do sofrimento” não é metáfora.

O capital já não depende apenas de mediações ideológicas orgânicas; dispõe também de algoritmos que nos isolam e reproduzem crenças, organizam consensos, antecipam desejos. O neoliberalismo atinge, assim, seu grau mais alto de sofisticação: uma dominação que se realiza pelo desejo, e não contra ele.

O discurso do “vencer na vida” substitui o do “bem viver”. O desamparo é transformado em oportunidade de negócio. O suicídio surge nesse contexto como expressão-limite da racionalidade neoliberal: quando a vida é avaliada por utilidade, desempenho, performance, o sofrimento é apenas resultado de uma “mercadoria” quebrada, “falha”, que não serve mais e pode ser descartada.

Estamos exaustos e correndo. Exaustos e correndo. Exaustos e correndo. E a má notícia é que continuaremos exaustos e correndo, porque exaustos-e-correndo virou a condição humana dessa época. E já percebemos que essa condição humana um corpo humano não aguenta. O corpo então virou um atrapalho, um apêndice incômodo, um não-dá-conta que adocece, fica ansioso, deprime, entra em pânico. E assim dopamos esse corpo falho que se contorce ao ser submetido a uma velocidade não humana. Viramos exaustos-e-correndo-e-dopados. Porque só dopados para continuar exaustos-e-correndo. Pelo menos até conseguirmos nos livrar desse corpo que se tornou uma barreira (BRUM, 2016).

Essa vida que “se resume a dinheiro” e essa riqueza que não se distribui seja do ponto de vista econômico, político, cultural, educacional ou espiritual, nos leva ao esgotamento mental. E, em uma sociedade que produz e aceita doenças e mortes evitáveis, o suicídio se apresenta como mais um sintoma.

## 7 O SUICÍDIO

*E tropeçou no céu como se fosse um bêbado  
E flutuou no ar como se fosse um pássaro  
E se acabou no chão feito um pacote flácido  
Agonizou no meio do passeio público  
Morreu na contramão atrapalhando o tráfego*  
Construção - Chico Buarque

Karl Marx (1818-1883), no período em que muitos denominam como o do “jovem Marx”, publicou o artigo “Peuchet: sobre o suicídio”. Em 1846, ano desta publicação, Marx vivia em Bruxelas, em seu segundo exílio.

Preocupado com a forma de vida na sociedade burguesa, recorreu ao autor francês Jacques Peuchet (1758-1839), um estudioso, militante do partido monarquista, ex-arquivista policial e escritor de *Mémoires tirés des archives de la police de Paris* – livro que só permitiu publicação após a sua morte, “de modo que ninguém pudesse incluí-lo entre os ‘precipitados’ socialistas e comunistas” (MARX, 2006, p. 23).

Adotaremos aqui Marx/Peuchet para referenciar o livro, uma vez que Marx realiza notas e comentários sobre o livro escrito por Peuchet, muitas vezes acrescenta ou modifica parágrafos, frases e expressões no próprio texto.<sup>6</sup>

A escolha de Peuchet aparece no livro por ao menos dois motivos. O primeiro dá-se pela admiração de Marx à crítica social francesa, como o próprio autor nos revela:

A crítica francesa da sociedade tem, em parte, pelo menos a grande vantagem de ter apontado as contradições e os contrastes da vida moderna, não apenas nas relações entre classes

---

<sup>6</sup> Na apresentação, intitulada “Um Marx insólito”, Michael Lowy opta por apresentar os comentários acerca do texto com a referência “Marx/Peuchet”, pelos mesmos motivos que expressamos acima (LOWY, 2006).

específicas, mas também em todos os círculos e configurações da hodierna convivência e, sobretudo, por suas descrições dotadas de um calor vital imediato, de uma visão rica, de uma acuidade mundana e de uma ousada originalidade, que se procuraria em vão em outras nações (Marx, p. 21, 2006).

Marx explica que tal “supremacia francesa”, não ocorre só por conta de autores socialistas, mas também por escritores de diversas as esferas da literatura, principalmente nos gêneros de romance e memórias, como é o caso de Peuchet. Löwy (2006) nos lembra que os textos de Peuchet não inspiraram apenas Marx, mas Alexandre Dumas em seu clássico da literatura “O Conde de Monte Cristo”. Peuchet era um escritor fascinante e esta foi, portanto, a segunda razão da escolha de Marx.

Em Jacques Peuchet, como também em muitos dos velhos militantes franceses – hoje quase todos mortos – que passaram por várias revoluções desde 1789, por várias decepções, momentos de entusiasmo, constituições, governantes, derrotas e vitórias, a crítica das relações de propriedade, das relações familiares e das demais relações privadas – em uma palavra, a crítica da vida privada – surge como necessário resultado de suas experiências políticas (Marx, p. 22, 2006).

É justamente a partir deste fenômeno – o suicídio – que se apresenta na aparência como particularidade do âmbito privado, que Marx irá expor a falsa dicotomia que existe entre a vida pública e a vida privada. Para isso, como vimos, utiliza e comenta passagens do livro de Peuchet. Dentre elas, relatos escritos por Peuchet enquanto ele desempenhava a função de arquivista da Prefeitura de Polícia de Paris.

Um destes relatos, o primeiro que apresento, conta a história de uma jovem filha de alfaiates que, ao dormir com seu futuro marido uma noite antes do casamento, foi severamente julgada e humilhada por seus pais e padrinhos diante de todos. O sentimento de vergonha levou a jovem a correr em direção ao rio Sena, onde jogou-se na água e foi resgatada sem vida. Alguns dias depois os pais foram até a delegacia pedir para retirar as jóias que a jovem carregava no corpo. Neste caso, Marx/Peuchet comentam:

As pessoas mais covardes, as mais incapazes de se contrapor, tornam-se intolerantes assim que podem lançar mão de sua autoridade absoluta de pessoas mais velhas. O mau uso dessa autoridade é igualmente uma compensação grosseira para o servilismo e a subordinação aos quais essas pessoas estão submetidas, de bom ou de mau grado, na sociedade burguesa (Marx, p. 32, 2006).

Apesar da distância temporal que separa Marx/Peuchet do século XXI, o sistema vigente já era o capitalismo, logo, não é incomum em nossos tempos, nos depararmos com situações semelhantes ao caso retratado pelos autores. A defesa “da família, da moral e dos bons costumes”, tão enaltecido na atualidade por conservadores de todo o globo, deprecia a diversidade humana e em especial condenam a mulher ao lugar de “bela, recatada e do lar”.

O trinômio “bela, recatada e do lar” resume o condicionamento de gênero para as mulheres. **Quando elas não se enquadram neste molde, sofrem violência e, não poucas vezes, são mortas.** O que parece ser um chavão corriqueiro – ser bonita, ter modéstia e dedicar-se ao cuidado da casa e da família – resume o estereótipo de feminilidade que é inculcado nas meninas desde a sua infância (DEIFELT, p. 6, 2019, grifo meu).

As violências sofridas, muitas vezes acabam reverberando na violência autoprovocada, como é o caso de inúmeras adolescentes e mulheres que têm suas vidas expostas na internet. No ano de 2013, em dez dias, duas adolescentes tiraram suas próprias vidas após a disseminação de imagens íntimas não autorizadas – prática conhecida como *revenge porn* – essas não foram situações isoladas. Mesmo com a aprovação da Lei nº 13.718 que torna crime a divulgação e o compartilhamento de materiais eróticos sem autorização, os casos seguem acontecendo e são destrutivos para às vítimas.

Sobre a condição da mulher em nossa sociedade, Marx/Peuchet irão expor ainda outros dois casos. A de uma bela jovem que vivia em condição de cárcere privado, submetida aos desígnios de seu esposo e que comete suicídio após ter sua vida em constante ameaça e cerceamento, ao que Marx/Peuchet concluirão que:

É sobretudo nesses casos que se poderiam maldizer as formalidades jurídicas e a negligência das leis, que nada podem tirar suas praxes calculadas, mormente porque se tratava de uma mulher, aquele ser que o legislador cerca com as menores garantias. [...] Certamente, para todos aqueles que não reduzem o espírito pleno das palavras às letras que a formam, esse suicídio foi um assassinato, praticado pelo esposo; mas também foi resultado de uma extraordinária vertigem de ciúmes (Marx, p. 41, 2006).

Em outro caso, a de uma jovem abastada que suplica a um médico que interrompa a sua gestação, para que sua desonra não seja descoberta. A jovem do caso se tratava da sobrinha de um banqueiro parisiense, cujo tio era também seu tutor e pai do filho que esperava. Temerosa pela reação da tia, a jovem lhe pede que o aborto seja feito, argumentando que, caso contrário, tiraria a própria vida – fato que é noticiado quinze dias depois após a negativa do médico.

Aqui é possível refletir sobre o assassinato de milhares de mulheres que morrem todos os anos. Assim como Marx/Peuchet denunciam as menores garantias dadas às mulheres e não reduzem o sentido das palavras às letras que a formam. A realidade, seja pela negação do direito de decidir sobre a interrupção ou pela manutenção de suas gestações, sobre a violência à que são submetidas quando necessitam de suporte clínico/emocional/social e sobre o lugar de vítima da qual a mulher precisa sofrer, para que não seja punida quando da necessidade de realização do aborto. Sobre isso Diniz et al. (2014) vão explicar que, no Brasil:

O aborto é tipificado como crime contra a vida pelo Código Penal de 1940; uma mulher que o provoque em si mesma (aborto provocado) será punida com prisão. Ao mesmo tempo em que o Código Penal determina regime de castigo tão severo, reconhece exceções em que o aborto não deve ser punido – quando a gravidez for resultante de estupro e quando a vida da mulher estiver em risco. Um mesmo ato é ou não punível a depender de seus moduladores para o regime de causalidade: no estupro, a mulher é uma vítima de violência; no risco de vida, a mulher é vítima de doença. Mais recentemente, em novo permissivo para o aborto por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), entendeu-se que, em caso de anencefalia, não há crime contra a vida, pois o feto não sobrevive ao parto. As três exceções punitivas têm em comum a construção moral da mulher como vítima –

seja da violência patriarcal, seja do acaso da natureza (DINIZ et al, 2014, p. 292).

O que as autoras irão questionar nessa produção é algo que diz da moralização sobre as análises dos casos de estupro. Para isso, coletaram dados de cinco serviços de referência em aborto legal no Brasil no intuito de compreender a construção do entendimento de estupro para que a vítima de violência sexual tenha acesso ao aborto. Constataram que com exceção de apenas um dos serviços, há homogeneidade de práticas e discursos de suspeição.

Ao contrário do que determinam as normas técnicas do Ministério da Saúde, a verdade do estupro para o acesso ao aborto legal não se resume a uma narrativa íntima e com presunção de veracidade, mas é uma construção moral e discursiva produzida pela submissão da mulher aos regimes periciais dos serviços. Apesar de algumas diferenças específicas entre os serviços, pode-se afirmar que quase todos funcionam sob um regime constante de suspeição à narrativa da mulher sobre o estupro. Esse regime se expressa pelo ethos de exceção à lei penal e pelo medo que os profissionais têm de serem enganados. A palavra da mulher, nesse sentido, é colocada sob suspeita e não é suficiente para o acesso ao serviço de aborto. [...] A busca por uma subjetividade específica de vítima faz com que a soberania do testemunho da mulher, ou seja, sua palavra, perca a legitimidade (DINIZ et al, 2014, p. 292).

Mais de um século separa o arquivo policial de Paris dos serviços de aborto legal no Brasil, mas a lógica de suspeição é a mesma: a mulher segue tutelada, sua palavra continua sujeita à verificação de uma autoridade masculina ou institucional.

Há tantos casos de violência contra a mulher que sequer são compreendidos como abusivos, que, ainda que tenhamos avançado tanto do ponto de vista legal quanto nas produções que se debruçam a compreender o lugar da mulher na sociedade patriarcal, segue-se reproduzindo uma lógica que subjuga e moraliza a existência e os direitos femininos. São direitos apropriados pelos interesses do capital.

À mulher cabe o papel de reprodutora e mantenedora da família, ainda que isso custe o sofrimento e a morte de tantas. No caso

citado por Marx/Peuchet a jovem encontrava-se em uma condição vulnerável com relação a família que a abrigava e quem deveria ser responsável por ela (o tio) a coloca em uma situação em que tirar a própria vida se apresenta como a saída mais digna em uma sociedade que responsabiliza a mulher por algo sobre a qual não tem controle.

É necessário aqui expor que, quanto mais jovem, quanto mais pobre e a depender da cor e etnia – em especial quando se trata de mulheres pretas, essa condição de violação de direitos e de exposição às violências tende a se agravar.

Um outro caso apresentado por Marx/Peuchet é de um homem que trabalhava na guarda real e que fora afastado sem qualquer consideração. O homem idoso, não consegue se reincorporar às Forças Armadas e tampouco tinha qualidades para trabalhar em outro setor, como a indústria ou a agricultura. Sem emprego, dependia da mulher e das filhas para sustentá-lo. Deprimiu-se e passou a se sentir um fardo para a família, cometendo suicídio por acreditar ser a sua obrigação aliviá-las dessa sobrecarga ocasionada pelas condições financeiras. Entre 1817 e 1824, como apontam Marx/Peuchet (2006), a delegacia registrou 2808 casos de suicídio em Paris.

Aqui também é possível traçar um paralelo com a atualidade. O número de suicídios entre idosos aumenta a cada dia, destacando-se o suicídio entre homens idosos – o que também chama a atenção para os papéis de gênero. Segundo Minayo et. al. (2012):

Na velhice e na doença, o modelo de masculinidade predominante que valoriza o estoicismo e o controle das emoções, o machismo e a competitividade tende a se exacerbar, uma vez que, no percurso do ciclo vital, outros adultos vão assumindo funções de mando na sociedade e na família, relegando o idoso a um posto secundário. Essa sensação de estar em segundo plano costuma fazê-lo sentir-se inútil em decorrência do afastamento do trabalho; incapaz ou perdedor quando sofre revezes econômicos e humilhado ou impotente frente a problemas relacionais ou de desempenho sexual (Minayo et. al. p.2666, 2012).

Na pesquisa multicêntrica em 10 municípios brasileiros realizada por Minayo, Meneghel e Cavalcante (2012), as autoras trazem depoimentos de pessoas que perderam seus familiares em decorrência do suicídio.

Ainda que o capitalismo tenha assumido novas configurações, aqui não parece haver qualquer distância do texto de Marx/Peuchet.

Havia perdido emprego recentemente na firma na qual era diretor que faliu e o deixou sem indenização. O pedido de aposentadoria foi indeferido devido à falta de recolhimento do INSS pela empresa, faltando ainda vários anos para aposentar-se. A situação financeira da família foi seriamente abalada pelo desemprego do pai. Os filhos tiveram que interromper estudos por falta de pagamento da faculdade. A esposa passou a ter três empregos. Ele se envolveu em sociedade de pouca rentabilidade na qual tinha muitos conflitos com o sócio. Tudo isso o deixou acabrunhado e o levou a tirar a própria vida (sobre FM, 60 anos, empresário desempregado, Amazonas).

O trabalho era o eixo central na vida dele e as incapacidades físicas contribuíram para que aos 80 anos, parasse de trabalhar, causando-lhe sentimentos de impotência e inutilidade. Ele se sentia sem vida, sem trabalho e sem companheirismo. O tempo para ele ficou interminável [(sobre JB, 92 anos, agricultor aposentado, Rio Grande do Sul)] (MINAYO, et. al., 2012, p. 2669)

Se em Paris de 1820 o velho guarda real se matava por não mais servir ao rei, no Brasil do século XXI muitos se matam por não mais servir ao mercado. A lógica permanece: o valor da vida mede-se pela utilidade econômica

Marx/Peuchet exibem uma nova face sobre o suicídio ao tratá-lo como um “sintoma da organização deficiente de nossa sociedade” (MARX, 2006, p. 24) e demonstram esse argumento relatando que nas épocas de “paralisação e das crises da indústria, em temporadas de encarecimento dos meios de vida e de invernos rigorosos, esse sintoma é sempre mais presente e assume um caráter epidêmico” (MARX, 2006, p. 24) e concluem que outros casos, como o da prostituição e o latrocínio também aumentam na mesma medida.

Ainda hoje podemos sentir as consequências dessa organização deficitária, afinal, o capitalismo está intimamente ligado com a produção do sofrimento: ora através da precarização das condições de trabalho e vida, ora por depositar no indivíduo a exclusiva responsabilidade pela gestão do seu sucesso ou fracasso. A farsa da liberdade individual, retira da sociedade a responsabilização pelos

seus e distancia as saídas coletivas e a solidariedade do horizonte – componentes fundamentais para o enfrentamento do suicídio e de outras expressões.

Os autores destacam, contudo, que, ainda que a miséria seja a maior causa identificada nos atos suicidas, este não é um acontecimento exclusivo dos pobres. Artistas, políticos e ricos também encontram no suicídio um fim para suas existências. As doenças, os desafetos, a solidão, os sofrimentos familiares, a monotonia, o desgosto, a falta de amor à vida, são razões que atravessam as classes sociais (MARX, 2006).

Para Marx, não se tratava apenas de dar pão e educação ao proletariado. Toda a sociedade definha sob as condições do modo de vida capitalista, inclusive os próprios capitalistas que, ao contrário da ideia que se “vende”, não vivem o “melhor dos mundos”. Eles próprios, os capitalistas, vivem sob o jugo do capital. Dessa forma, Löwy (2016) considera que para Marx/Peuchet:

[...] a crítica da sociedade burguesa não pode se limitar à questão da exploração econômica – por mais importante que seja. Ela deve assumir um amplo caráter social e ético, incluindo todos os seus profundos e múltiplos aspectos opressivos. A natureza desumana da sociedade capitalista fere os indivíduos das mais diversas origens sociais (LÖWY, 2006, p.17-18).

Não é incomum que se tente encontrar formas de condenação ao suicídio e explicá-lo como um ato de covardia ou leviandade. É importante, porém, ressaltar que não há um parâmetro único que possa servir como medida de coragem ou sensatez. A humanidade não é capaz de enquadrar-se em um único modelo tido como correto.

Tudo o que se disse contra o suicídio gira em torno do mesmo círculo de ideias. A eles são contrapostos os desígnios da Providência, mas a própria existência do suicídio é um notório protesto contra esses desígnios ininteligíveis. Falamos de nossos deveres para com a sociedade, sem que, no entanto, nossos direitos em relação a essa sociedade sejam esclarecidos e efetivados e termina-se por exaltar a façanha mil vezes maior de dominar a dor ao invés de sucumbir a ela, uma façanha tão lúgubre quanto a perspectiva que ela inaugura. Em poucas palavras, faz-se do suicídio um ato de covardia, um crime contra as leis, a sociedade e a honra (MARX, 2006, p. 26).

Marx/Peuchet explicam que, para aqueles que estão dominados pela infelicidade, as “saídas” religiosas e filosóficas são ineficazes. A dor é real, pulsante e vivida em seu presente. As saídas filosóficas – a ideia de que é mais digno lutar do que sucumbir a dor – não são possíveis de se fazer sentir ou trazer alguma forma de alento. Aos religiosos se apresenta a possibilidade de uma existência melhor após a morte e aos não-religiosos o repouso no nada. Não é possível conter o suicídio com a penalidade da infâmia e, sobretudo, não é possível conter o suicídio enquanto não houver uma mudança radical em nossa sociedade. Como apresenta Peter Berger (1985) ao debater sobre religião e alienação, a religião é uma manifestação humana, produzida por meio das dinâmicas sociais em que se vive. Dessa forma, os significados religiosos não se diferem de outros significados humanos. Em outras palavras:

Tudo o que o homem produz pode ser compreendido, pelo menos potencialmente, em termos humanos. O véu da mistificação colocado pela religião impede essa compreensão. As expressões objetivadas do humano tornam-se símbolos obscuros do divino e essa alienação tem poder sobre os homens precisamente porque ela os protege dos terrores da anomia (BERGER, 1985, p. 102-103).

Como trouxemos anteriormente, a vida e a morte são intrínsecas à condição humana, o suicídio não. Desta forma, não é possível tratá-lo como antinatural, uma vez que não existe uma “natureza humana” em si, mas sempre em relação com a sociedade. Em contraposição, os seres humanos constroem sociedades que têm em sua natureza elementos que degradam a vida nos mais diferentes aspectos. Constroem sociedades onde “o homem parece um mistério para o homem; sabe-se apenas censurá-lo, mas não se o conhece” (MARX, 2006, p. 26).

Quando se veem a forma leviana com que as instituições, sob cujo domínio a Europa vive, dispõem do sangue e da vida dos povos, a forma como distribuem a justiça civilizada com um rico material de prisões, de castigo e de instrumentos de suplício para a sanção de seus desígnios incertos; quando se vê a quantidade incrível de classes que, por todos os lados, são aban-

donadas na miséria, e os párias sociais, que são golpeados com um desprezo brutal e preventivo, talvez para dispensar-se do incômodo de ter que arrancá-los de sua sujeira; quando se vê tudo isso, então não se entende com que direito se poderia exigir do indivíduo que ele preserve em si mesmo uma existência que é espezinhada por nossos hábitos mais corriqueiros, nossos preconceitos, nossas leis e nossos costumes em geral (MARX, 2006, p, 26-27).

Marx/Peuchet consideram que o suicídio não é mais do que um entre os milhares de sintomas dessa sociedade e que sem uma mudança total da ordem social, qualquer tentativa de combater o suicídio em sua totalidade será limitada, pois vive-se em uma sociedade de total estranhamento entre os seres humanos. Nessa sociedade de estranhamento, as “verdadeiras” relações humanas ainda precisam ser criadas. Citando Rosseau, os autores questionam: “que tipo de sociedade é esta, em que se encontra a mais profunda solidão no seio de tantos milhões; e que se pode ser tomado por um desejo implacável de matar a si mesmo, sem que ninguém possa prevê-lo? [...] é uma selva, habitada por feras selvagens” (MARX, 2006, p. 28).

No contexto em que vivemos, a relação entre o número de suicídios, bem como suas motivações, e a questão social e suas expressões pode ser percebida no próprio exercício proposto por Marx/Peuchet de analisar o suicídio tomando a vida concreta como lente de investigação. Por isso, quando nos referimos a questão social, a compreendemos como o conjunto das expressões da desigualdade promovida pelo capitalismo maduro, que possui raiz comum em uma produção social cada vez mais coletiva, com um trabalho amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos se vê cada vez mais monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 1999).

A questão social é mais do que as expressões da miséria e da pobreza, ela “condensa a banalização do humano, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social – e dos sujeitos que o realizam – na era do capital fetiche” (IAMAMOTO, 2015, p. 125).

Esta perspectiva, aliada a situação descrita pela Organização Pan-Americana de Saúde (2018), demonstra a necessidade de discu-

tir o tema do suicídio a partir de uma perspectiva crítica. Segundo a OPAS, cerca de 700 mil casos de suicídio são registrados ao ano e, destes, 79% ocorreram, em 2016, em países de baixa ou média renda. Entre os fatores de risco, a OPAS considera que:

Embora a relação entre distúrbios suicidas e mentais (em particular, depressão e abuso de álcool) esteja bem estabelecida em países de alta renda, vários suicídios ocorrem de forma impulsiva em momento de crise, com um colapso na capacidade de lidar com os estresses da vida – tais como problemas financeiros, término de relacionamento ou dores crônicas e doenças. Além disso, o enfrentamento de conflitos, desastres, violência, abusos ou perdas e um senso de isolamento estão fortemente associados com o comportamento suicida. As taxas de suicídio também são elevadas em grupos vulneráveis que sofrem discriminação, como refugiados e migrantes; indígenas; lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais (LGBTI); e pessoas privadas de liberdade (OPAS, 2010).

A depressão e o uso abusivo de substâncias psicoativas, embora apareçam como um distúrbio suicida e/ou mental, são acontecimentos que também têm relações profundas com as expressões da questão social.

A depressão, por exemplo, comum entre pessoas que passaram por eventos adversos na vida, tais como desemprego, violência das mais diversas naturezas, luto, trauma psicológico, deve ser compreendida como resultante de uma complexa interação de fatores sociais, psicológicos e biológicos (OPAS, 2018), tem agravamento de seu quadro ou não a depender das condições de vida em que o sujeito se encontra socialmente – fatores de exposição e fatores de proteção – situações de estresse, violência, condições de tratamento adequado, apoio de familiares e amigos etc. Além de agravar quadros de adoecimento mental, expressões da questão social (como o desemprego, já referido anteriormente) podem ser a gênese desses quadros.

É importante destacar, também, que o suicídio aparece ainda como a segunda maior causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos no mundo e a quarta maior causa de mortes no Brasil – período de ingresso, ao menos formal, no mercado de trabalho, além de ser um momento de grande conflito geracional. Segundo a OPAS (2019), o

relatório intitulado *The Health of Adolescents and Youth in the Americas: Implementation of the Regional Strategy and Plan of Action on Adolescent and Youth Health 2010-2018* evidencia que ao menos metade das mortes de jovens nas Américas – homicídio, acidentes, suicídio – poderiam ser evitadas com o investimento/criação de um sistema de proteção adequado.

Observamos, até aqui, a forte relação entre o suicídio e a questão social, bem como seu agravamento ou surgimento em decorrência de suas mais diversas expressões. No mesmo sentido, podemos analisar que estas mortes e os processos de adoecimento são também inerentes à sociabilidade capitalista. Sendo assim, da mesma forma que só é possível suprimir a questão social, suprimindo a ordem capitalista (NETTO, 2011) para que o suicídio deixe de ser uma realidade devastadora da vida humana, é necessário lutar por uma outra ordem societária.

## 8 GESTÃO DO SUICÍDIO

*Carneiros, mesa, trabalho  
Meu corpo que cai do oitavo andar  
E a solidão das pessoas dessas capitais  
Alucinação - Belchior*

Como vimos até agora, para o capitalismo o suicídio é tolerável – e, em certos aspectos, até funcional ao tipo de sociabilidade que esse sistema impõe. Diante disso, torna-se necessário construir outro modo de sociedade e de vida, em que a existência humana não seja tratada como descartável. Compreender “em que pé estamos” no Brasil é passo essencial para pensar políticas públicas capazes de enfrentar as estruturas históricas de opressão que seguem produzindo sofrimento e morte.

Entre meados da década de 1970 e o início dos anos 2020, os registros oficiais indicam crescimento contínuo das mortes por suicídio no país. É, contudo, difícil precisar números: o próprio sistema de notificação, embora compulsório, enfrenta entraves estruturais – a ausência de Institutos Médico-Legais em várias regiões, a escassez de perícias, e o estigma que atravessa o tema tanto entre profissionais quanto nas famílias, que muitas vezes resistem a declarar a natureza do evento. O que escapa aos registros permanece na invisibilidade.

A pesquisa que realizei em 2022 buscou compreender as estratégias adotadas pelo Estado brasileiro para o enfrentamento ao suicídio. Ao longo da última década, legislações nacionais e estaduais passaram a reconhecer o suicídio como problema de saúde pública e a instituir políticas específicas. A maior parte dessas normas nasceu após a Lei nº 13.819/2019, que instituiu a *Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio*. Essa lei serviu de base para a multiplicação de planos locais, leis estaduais e campanhas – um movimento recente, mas que revela o modo como o Estado compreende o fenômeno.

Foram identificados 138 documentos que abordavam o tema em maior ou menor grau. A partir desse conjunto, selecionei 12 documentos nacionais – entre leis, decretos e portarias – e 25 legislações estaduais (de um total de 27 unidades federativas, uma vez que Bahia e Alagoas não apresentavam registros de normas específicas).

No nível nacional, a análise concentrou-se na *Lei nº 13.819/2019* e na *Agenda de Ações Estratégicas para a Vigilância e Prevenção do Suicídio e Promoção da Saúde no Brasil (2017–2020)*, tomadas como marcos referenciais da política pública recente. A partir desse recorte, não foram incluídas normativas ou atualizações posteriores.

A prevenção é o campo mais explorado: campanhas de conscientização, educação permanente, produção de materiais informativos, estímulo a redes intersetoriais e ações educativas nas escolas. O eixo da atenção concentra a criação de canais de escuta, triagens e oferta de serviços psicossociais. A pós-venção, voltada ao cuidado com as pessoas enlutadas, surge de modo residual – quase sempre citada genericamente, sem planos concretos. Por fim, a vigilância aparece como eixo central na retórica estatal: notificação compulsória, bancos de dados, integração de sistemas e observatórios. É a face mais visível do compromisso burocrático – contar, registrar, monitorar – sem necessariamente transformar.

Formalmente, quase todos os estados brasileiros possuem alguma medida de enfrentamento, seja como planos, programas intersetoriais ou campanhas concentradas em setembro. O Setembro Amarelo, embora símbolo visível da pauta, frequentemente reduz a complexidade do problema a um gesto anual de boa consciência e marketing institucional. Em muitos casos, as ações se resumem a palestras e postagens, sem reverberar na estrutura dos serviços. Isso contrasta com o sentido real da prevenção, que, como lembra Botega (2015, p. 247), é antes de tudo “melhorar as condições da existência humana e diminuir os estressores que conduzem ao sofrimento”.

A análise das legislações revela, contudo, que a maioria das políticas estaduais permanece à margem do que a *Agenda Nacional de Ações Estratégicas para a Prevenção do Suicídio (2017 - 2020)* propôs como princípio: compreender o suicídio como fenômeno social e histórico, vinculado às condições concretas de vida, e não apenas

como evento individual. Enquanto o documento federal reconhece a influência dos fatores socioeconômicos, de trabalho, de discriminação racial, de gênero e de orientação sexual, as leis estaduais tendem a tratá-lo de modo abstrato, descolado das contradições estruturais do país. Essa neutralização é também uma forma de perpetuar o problema.

Outro ponto negligenciado é o papel do Sistema Único de Saúde (SUS). A Agenda de 2017 o definia como eixo articulador – conectando atenção primária, rede psicossocial, escolas, comunidades, vigilância epidemiológica e controle social. No entanto, o SUS aparece timidamente nas legislações estaduais, citado explicitamente apenas em Minas Gerais e Espírito Santo, onde defendem o acesso à informação sobre os serviços disponíveis na rede de atenção psicossocial do Sistema Único de Saúde e capacitação da equipe do Programa Saúde da Família (PSF), respectivamente.

O protagonismo do SUS fica evidente a partir de ações em conjunto com o Controle Social, com a Rede de Atenção à Saúde (RAS), com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), com a Rede HumanizaSUS (RHS), com a Vigilância em Saúde, com programas como o Programa Saúde na Escola (PSE), Programa Academia da Saúde (PAS), com os Núcleos de Educação Permanente em Saúde (NEPS), com o aprimoramento do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e com a inserção da temática de prevenção ao suicídio em cursos de capacitação, guias/cadernetas existentes nas áreas temáticas do Ministério da Saúde, dentre outras ações como a articulação intersetorial, a qualificação e educação permanente dos profissionais da saúde, previstas na Agenda de Ações Estratégicas. Levando em consideração a gama de possibilidades ofertadas pelo SUS, seria possível elevar a efetividade das legislações, nos diferentes níveis no enfrentamento ao suicídio.

As leis estaduais até 2022, com exceção do Rio Grande do Sul, também não previam ações territoriais que envolvessem recursos comunitários e participação social – entendida por Coelho (2012) como “as diferentes ações dos grupos sociais que influenciam a formulação, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas”. Essa ausência evidencia a falta de estratégias que considerem as diversidades regionais, uma vez que o suicídio se manifesta de forma distinta conforme os contextos culturais, econômicos e sociais.

De modo semelhante, em conformidade com a Lei Nacional nº 13.819/2019, as legislações estaduais – salvo a do Distrito Federal – não qualificavam o termo “populações e/ou grupos vulneráveis”. Relatórios como o da OPAS (2010) já indicavam maiores taxas de suicídio entre populações refugiadas, migrantes, indígenas, LGBTQIA+ e pessoas privadas de liberdade. Essas normas tampouco abrangem jovens fora da escola, embora o suicídio seja a quarta maior causa de morte entre pessoas de 15 a 29 anos no Brasil (OPAS, 2019). Nomear esses grupos é garantir visibilidade e articular políticas voltadas à reparação de direitos historicamente negados.

O estigma que cerca o suicídio também se expressa naquilo que não é dito. Dos vinte e sete estados, apenas Distrito Federal e Rio Grande do Sul previam ações de mapeamento de locais e métodos utilizados, o que permitiria intervenções regulatórias e redução de acesso aos meios letais. A omissão nesse aspecto levanta uma questão ética central: por que o Estado brasileiro ainda não se compromete em proteger efetivamente os corpos e as vidas que reconhece como vulneráveis?

No Amapá, a legislação estadual prevê a responsabilização de servidores públicos que se recusem a oferecer atenção adequada a casos de tentativa de suicídio e automutilação, especialmente em urgência e emergência. Situações como essa reforçam a importância da educação permanente, um dos principais instrumentos de prevenção – e que deve abranger não apenas profissionais de saúde, mas também trabalhadores da educação, da justiça e da assistência social. No entanto, para garantir essa qualificação, não basta capacitação técnica: é indispensável financiamento adequado e condições dignas de trabalho.

A ausência de investimento é o ponto cego de quase todas as legislações – e denuncia a permanência de um projeto neoliberal de Estado que terceiriza responsabilidades, transforma o cuidado em retórica e direciona recursos públicos ao setor privado. O desfinanciamento sistemático de áreas essenciais e a precarização do trabalho em saúde – sobrecarga, falta de pessoal, carência de insumos – revelam uma economia política que banaliza o sofrimento humano.

O Estado brasileiro insiste na retórica da prevenção, mas segue ausente dos territórios onde a morte e a negligência compõem o cotidiano. As ações comunitárias, as experiências locais de solida-

riedade e os recursos de base, que poderiam sustentar uma política de vida, raramente são consideradas. O discurso da “promoção da saúde mental” permanece genérico porque não questiona as condições que produzem o adoecimento. Enquanto prédios se iluminam de amarelo em setembro, pessoas seguem dormindo em papelões – condenadas por um sistema que as invisibiliza e inviabiliza.

O contraste é evidente: de um lado, um avanço formal – leis, protocolos, campanhas; de outro, um vazio estrutural – políticas descoladas da realidade concreta. Pensar o enfrentamento ao suicídio é, portanto, pensar o enfrentamento daquilo que o produz: a sociabilidade capitalista. Esse diagnóstico reflete um traço persistente da política brasileira: a ênfase na forma em detrimento do conteúdo.

A aprovação da Lei Nacional nº 13.819/2019 funcionou mais como gatilho administrativo do que como transformação substantiva. A maioria das legislações estaduais surgiu em seguida, reproduzindo a linguagem do discurso nacional, mas sem criar estrutura real. O resultado é um conjunto de intenções bem formuladas e pobremente executadas.

Nas medidas de prevenção, a repetição é clara: “promover a vida”, “sensibilizar a sociedade”, “informar sobre sinais de risco”. São campanhas importantes, mas distantes dos espaços onde o sofrimento se produz. Em boa parte dos estados, a prevenção se traduz em eventos anuais, palestras e cartilhas ilustradas, frequentemente associadas a empresas de mídia – sinal dos tempos em que o sofrimento humano vira pauta publicitária.

A atenção em saúde, quando mencionada, apoia-se no tripé dos serviços psicossociais, das redes de urgência e da capacitação profissional. Os textos defendem o acesso qualificado e o diálogo entre níveis de atenção, mas raramente especificam como, com quais redes, profissionais ou recursos. O SUS, que deveria sustentar essa articulação, é quase omitido – delega-se às pontas a tarefa de “salvar vidas” sem lhes assegurar as condições mínimas para isso.

A pós-venção, ou o cuidado com enlutados e sobreviventes, praticamente não existe como política estruturada. Quando aparece, é em frases protocolares: “oferecer apoio psicológico a familiares”. Falta rede, suporte, tempo e pessoal. O luto, que deveria ser reconhecido como dimensão social do sofrimento, permanece confinado ao

espaço privado. O Estado mostra-se presente na contagem – quando notifica – mas ausente na dor – quando deveria acolher.

A vigilância parece tecnicamente robusta, com bancos de dados e sistemas integrados, mas trata-se de uma vigilância voltada mais ao registro do que à transformação. Contar mortes é necessário, mas não basta. A ausência de registros não significa ausência de casos – significa apenas que a morte, no Brasil, continua morrendo duas vezes: primeiro na vida, depois no papel.

A leitura cruzada desses eixos revela um duplo movimento: de um lado, a institucionalização da agenda pública; de outro, o esvaziamento estrutural que a inviabiliza. É o “fetichismo da política pública” – o culto à forma legislativa que encobre a ausência de efetividade material. A política existe como signo, mas não como prática; fala de vida, mas não cria as condições para sustentá-la.

Quando a *Agenda Nacional de Ações Estratégicas* (2017–2020) propôs compreender o suicídio como fenômeno de múltiplas determinações – sociais, econômicas, raciais e de gênero –, indicava a necessidade de radicalizar a análise. No entanto, as leis estaduais recuam. Ao individualizar o problema, neutralizam o debate sobre desigualdade, precarização e violência. A escolha de não nomear os grupos vulnerabilizados não é casual: é uma estratégia de silêncio.

Em contraste, experiências locais demonstram que outro caminho é possível. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a política estadual prevê a participação comunitária, a criação de comitês regionais e a articulação com o Centro de Valorização da Vida. São iniciativas ainda frágeis, mas apontam para a necessidade de pensar o suicídio a partir do território – onde a vida acontece.

A maioria das políticas estaduais, entretanto, continua presa a uma racionalidade burocrática. Fala-se em prevenção sem discutir o trabalho; em saúde mental sem abordar o desmonte do SUS; em promoção da vida sem questionar as condições materiais da existência. O mesmo Estado que se declara promotor da vida é aquele que, pela austeridade fiscal, retira da saúde e da educação o investimento necessário para garantir o mínimo de dignidade. A vida que se pretende proteger é a mesma que se empobrece sob o jugo de uma racionalidade neoliberal que transforma o sofrimento em estatística e o cuidado em discurso.

O Brasil construiu, assim, um aparato de prevenção que se sustenta em declarações, mas não em estruturas. De um lado, a linguagem da vida; de outro, a persistência da morte social. É o retrato mais fiel do país: um Estado que ilumina monumentos em setembro, mas mantém oculto o cotidiano em que a vida se desfaz todos os dias.

Como escreveu Brecht: “Há muitas maneiras de matar uma pessoa. Cravando um punhal, tirando o pão, não tratando sua doença, condenando-a à miséria, fazendo-a trabalhar até arrebentar, impelindo-a ao suicídio, enviando-a à guerra etc. Só a primeira é proibida por nosso Estado”.

Compreender o suicídio no Brasil é compreender o modo como nossa sociedade opera. As políticas e campanhas que se repetem a cada setembro funcionam menos como compromisso com a vida do que como instrumento de contenção moral – um ritual de fachada que encobre a omissão do Estado. As mortes não persistem por falta de leis, mas pela ausência de condições dignas de existência e pela distância entre o que a norma promete e o que a realidade permite cumprir. As estatísticas traduzem vidas em números, mas o que está em jogo é o tipo de sociabilidade que produzimos: uma sociedade que administra o sofrimento como parte do funcionamento normal das coisas, que responde à desesperança com slogans e panfletos, que transforma a vida em um contrato precário, sempre ameaçado de rescisão.

Enfrentar o suicídio, portanto, não é apenas uma questão de saúde pública, mas de imaginação política: demanda reconstruir o sentido de pertencimento, o direito de existir fora da lógica do lucro e da produtividade. Enquanto o Estado persistir em preconizar o lucro ao invés da vida, o suicídio continuará sendo a expressão mais radical da falência do capitalismo.

## 9 CAPITALISMO E SUICÍDIO NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Cresci sob um teto sossegado  
meu sonho era um pequenino sonho meu.  
Na ciência dos cuidados fui treinado.  
Agora, entre meu ser e o ser alheio,  
A linha de fronteira se rompeu.  
Câmara de ecos - Waly Salomão*

Seguimos imersos nessa realidade desaforada que, estruturada pela acumulação privada do capital e pela contradição entre os donos dos meios de produção e aqueles que possuem apenas a própria força de trabalho, naturaliza a pauperização e a banalização da vida e da morte, na medida em que expõe a riqueza socialmente produzida pelos trabalhadores.

Para atender às necessidades da sociedade capitalista, tornou-se indispensável a geração de um exército industrial de reserva – os ninguéns, os excedentes, os sobrantes – garantindo, assim, uma pressão social constante em direção à precarização do trabalho e, por consequência, à permanente queda dos salários. Essa é a lógica que sustenta o meio de subsistência do trabalhador e, ao mesmo tempo, o nega. Essa situação é resultado de um processo histórico que, embora se expresse de maneiras distintas conforme a formação econômico-social, se agrava na periferia do sistema, como é o caso do Brasil. Essa desigualdade não é um desvio do capitalismo, mas o próprio modo como ele opera em países dependentes, onde a acumulação se alimenta da superexploração e da reprodução das hierarquias coloniais (MARINI, 2011).

A formação brasileira não “deu errado”. Ela deu muito certo, **apesar** das nossas elites e da nossa história de violências. A riqueza concentrada neste país não está nas mãos de poucos por mérito, mas porque eles garantem sua própria perpetuação e a presença de seus representantes nos diversos espaços de poder do Estado brasileiro.

A ditadura militar, seguida do estabelecimento do neoliberalismo, aprofundou o abismo da desigualdade, nós ainda pagamos essa conta. Toda a riqueza é fruto do trabalho da classe trabalhadora; a diferença é que nos foi retirado o direito de possuir os próprios meios de produção e de construir relações baseadas na solidariedade.

Eu me pergunto quantas formas de vida, criação e trabalho poderíamos expressar se não estivéssemos submetidos a uma lógica alienada, em que nossa força de trabalho é alheia a nós mesmos e em que, todos os dias, precisamos “dar murro em ponta de faca” para garantir o mínimo. Não é possível que os 10% mais ricos deste país concentrem 51% da renda nacional (Agência Brasil, 2022). A classe trabalhadora não apenas cria e faz girar a riqueza – construindo tudo o que nos cerca, os produtos, os serviços, as estradas, as casas, a comida –, mas também tudo aquilo que não conseguimos ver, oculto pela absurda concentração de renda e poder.

Essa engrenagem de expropriação se sustenta sobre divisões históricas: raça, gênero e idade não são meras diferenças, mas formas específicas de organizar a exploração. O Brasil foi alicerçado sobre a dizimação de povos indígenas e africanos, sobre a devastação permanente da nossa fauna e flora; é um país construído sob sangue e suor, em especial de pessoas negras, que seguem sendo empurradas aos piores trabalhos e cargos. O racismo aqui cumpre função estrutural na divisão social do trabalho, naturalizando a desigualdade e garantindo a superexploração. Como interpretou Elza Soares em sua canção:

A carne mais barata do mercado é a carne negra

Que vai de graça pro presídio

E para debaixo do plástico

Que vai de graça pro subemprego

E pros hospitais psiquiátricos

A carne mais barata do mercado é a carne negra

Que fez e faz história

Segurando esse país no braço, mermão

O cabra aqui não se sente revoltado

Porque o revólver já está engatilhado

As elites se consolidaram porque são herdeiras de privilégios históricos e guardiãs de sua própria perpetuação. Na política, não é raro encontrar famílias que ocupam os mesmos espaços desde os primórdios do Brasil, representando os mesmos interesses e garantindo, como vimos ao longo do livro, todo o aparato institucional que sustenta a desigualdade. Se toda a riqueza é fruto do trabalho da classe trabalhadora, é a nós que ela pertence. Por isso, quando conseguimos eleger representantes oriundos de nossa classe – e quando estes não são cooptados pelo sistema – vemos algum avanço. Mesmo que dentro da ordem, imagine se a transgredíssemos.

Ao longo da história, as classes dominantes sempre adaptaram suas formas de controle, mantendo o Estado a serviço do capital, mesmo sob governos formalmente democráticos. Tomar o poder não é apenas chegar à presidência. Isso nós já conseguimos, sob torturas, assassinatos, golpes e violências de toda ordem. Precisamos ir além: é necessário que o Estado e seus aparelhos repressivos e ideológicos (como propôs Althusser) sejam destituídos das mãos das elites e de seus representantes. É um equívoco acreditar que, alguma vez, a esquerda tenha estado plenamente no poder neste país.

Não se trata apenas de desorganização: existe um sistema sofisticado que, por meio da coerção e da ideologia, assegura que (1) não nos reconheçamos como classe; (2) faltem oportunidades reais para refletirmos criticamente sobre a vida – pois escola, família e religião reproduzem sua lógica; (3) nos faltem forças e tempo para reagir; e (4) as organizações coletivas sejam sistematicamente desmanteladas.

Para muitos, no Brasil, o simples fato de existir é viver sob a mira de uma arma – literal ou simbólica. Todos aqueles e aquelas que destoam da tentativa de homogeneização são condenados à violência institucional ou doméstica, pública ou privada. Somos milhares. Aqui, o conceito de interseccionalidade é fundamental: ele nos ajuda a compreender que as opressões se cruzam e se somam, expressando-se de formas distintas sobre cada corpo e trajetória. Nenhuma força será capaz de destruir a diversidade humana, por maiores que sejam as investidas para nos padronizar. As ferramentas de dominação ideológica – hoje altamente tecnologizadas – moldam comportamentos, ditam o que devemos consumir, como devemos nos comportar e até o que devemos desejar.

Essa racionalidade, aliada à exploração do trabalho, nos adoecce e nos mata. Estamos sempre competindo, sempre produzindo, sempre sem tempo, sem saúde, sem vida. E quando já não encontramos sentido nisso, o sistema nos convence de que o erro está em nós – na nossa conduta, no nosso corpo, no nosso jeito de existir. Ninguém escolhe nascer na miséria, e muito menos nela permanecer.

Vivemos sob uma lógica que nos obriga a trabalhar em algo que não nos satisfaz, gerando riquezas que nunca veremos. A riqueza não é apenas material; ela é tempo, cultura, lazer, conhecimento. E nada disso nos é plenamente acessível. É muito mais fácil permanecer na miséria do que ascender – os ricos de verdade já nascem em famílias ricas, e a desigualdade é tão abissal que basta um pouco de conforto para que alguém seja considerado “bem de vida”. Mas os verdadeiramente ricos, esses não circulam nos mesmos espaços que nós, a não ser quando estamos servindo-os.

Como é possível viver assim? A ignorância, a doença, a violência e a escassez são propositalmente destinadas a nós. Uns moram na rua, sobrevivendo dos restos e da caridade; outros, em moradias precárias, sob trabalhos exaustivos e violências cotidianas; outros ainda têm emprego, mas trabalham tanto que a vida se resume a pagar contas e evitar a próxima bala perdida. É um ciclo ingrato e perverso.

Tudo o que conquistamos neste país veio da luta organizada de trabalhadoras e trabalhadores. Nenhum direito foi concedido espontaneamente. Vivemos, porém, em uma sociedade que nos isola, nos fragmenta, nos faz competir. A responsabilidade pelo adoecimento e pelo sofrimento interpela o indivíduo, como se a ausência, a falta, fosse de perseverança e não de estrutura. Tudo é milimetricamente planejado. É nesse cenário de exaustão estrutural que o suicídio se apresenta como sintoma, uma expressão-limite da sociedade capitalista. Mas, se ele é sintoma desse tipo de sociedade, a cura para o sofrimento que produz só virá quando deixarmos de tratar seus sintomas e enfrentarmos sua causa. E essa cura será coletiva, histórica e revolucionária.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **10% mais ricos concentraram 51% da renda em 2022**. Brasília: EBC, 2022. Disponível em: <https://agencia-brasil.ebc.com.br>. Acesso em: 5 nov. 2025.

AGÊNCIA SENADO. Sarney vê na Constituição algo mais grave que um Frankenstein. Online. 2008. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/09/12/sarney-ve-na-constituicao-algo-mais-grave-que-um-frankenstein>

AGUIAR, Laurem Janine Pereira de. **Por uma sociedade sem manicômios:**(im) possibilidades da reforma psiquiátrica no capitalismo brasileiro. 2020. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade:** o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ALVES, Giovanni. **A crise estrutural do capital e sua fenomenologia histórica**. Blog da Boitempo, 21/09/2012. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2012/09/21/a-crise-estrutural-do-capital-e-sua-fenomenologia-historica/>

ALTHUSSER, Louis. Advertência aos leitores do Livro I de O Capital. In: MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 66–68.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 9-23.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARAÚJO, Emanuel. **O homem e a morte no Egito antigo**. In: FUNARI, P. P.; SILVA, G. J. (org.). *A vida cotidiana na antiguidade*. São Paulo: Contexto, 2000.

ARAÚJO, Emanuel. **Escrito para a eternidade: a literatura no Egito faraônico**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

BBC. Entre infartos, falências e suicídios: **os 30 anos do confisco da poupança**. Online. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/03/17/entre-infartos-falencias-e-suicidios-os-30-anos-do-confisco-da-poupanca.ghtml>

BARROCO, Maria Lúcia S. Não Passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.042>

BERGER, Peter Ludwig. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**/ Peter L. Berger; (organização Luiz Roberto Benedetto; tradução José Cardoso Barcellos]. São Paulo: Ed. Paulinas, 1985.

BORGES, Maria Elvira Bonavita. **Neoliberalismo e exclusão social**. Revista Serviço Social & Sociedade, n. 70, p. 89–102, 2002.

BOTEGA, Neury José. **Crise suicida: avaliação e manejo**. Artmed Editora, 2022.

BRASIL. **Agenda de ações estratégicas para a vigilância e prevenção do suicídio e promoção da saúde no Brasil: 2017–2020**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019**. Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio. Brasília: Diário Oficial da União, 2019.

BRASIL. **Observatório Nacional dos Direitos Humanos (Obser-**

**vaDH): Relatório 2024.** Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2024.

**BRASIL. Proposta de Política de Saúde Mental da Nova República** (Anexo da I Conferência Nacional de Saúde Mental, 1987). Brasília: Ministério da Saúde, 1988.

BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Mortalidade por suicídio e notificações de lesões autoprovocadas no Brasil. **Boletim Epidemiológico** 33. Volume 52. Set. 2021.

**BELCHIOR. Alucinação.** Rio de Janeiro: Philips/PolyGram, 1976.

BROWN, Wendy. Pesadelo americano: neoliberalismo, neoconservadorismo e desdemocratização. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, São Paulo, v. 1, n. 33, p. 15–44, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/158178>. Acesso em: 5 nov. 2025.

BRUM, Eliane. **Exaustos e correndo.** El País Brasil, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com>.

CAETANO VELOSO. **Cajuína.** In: *Cinema Transcendental* [LP]. Rio de Janeiro: Philips, 1979.

CASIMIRO, Flávio Henrique. **Os think tanks da nova direita.** In: REIS, D.; MORAES, R. (org.). *A nova direita e o bolsonarismo.* São Paulo: Expressão Popular, 2016.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. e BRIGNOLI, H.P. **História econômica da América Latina.** Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CATALANI, Felipe. **Aspectos ideológicos do bolsonarismo.** Blog da Boitempo, v. 28, n. 10, 2018.

CHANG, Shu-Sen; STUCKLER, David; YIP, Paul; GUNNEL, David. Impact of 2008 global economic crisis on suicide: time trend study in 54 countries. **BMJ**, 347, 2013.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 2000.

COELHO, Juliana Sousa. **Construindo a Participação Social no SUS: um constante repensar em busca de equidade e transformação.** Saúde Soc. São Paulo, v.21, supl.1, p.138-151, 2012

CRIOLO. **Boca de lobo**. In: *Boca de lobo* [single]. São Paulo: Oloko Records, 2018.

DA SILVA MENEGON, Lizandra; DA SILVEIRA, Andréa Luiza; MENEGON, Fabrício Augusto. Reforma trabalhista e terceirização: da precarização aos acidentes de trabalho. **Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde**, p. 252-263, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMIER, Felipe. GONÇALVES, Guilherme Leite. Capitalismo, Estado e democracia: um debate marxista. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, Vol. 08, N.3, 2017, p. 2350-2376

DEIFELT, Wanda. Bela, recatada e do lar. **Coisas do gênero: Revista de estudos feministas em teologia e religião**, v. 5, n. 1, p. 06-19, 2019.

DINIZ, D., DIOS, V. C., Mastrella, M., & Madeiro, A. P. (2014). A verdade do estupro nos serviços de aborto legal no Brasil. **Revista Bioética**, 22, 291-298.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ESPÓSITO, Maurício. Industrialização brasileira, diversificação produtiva e consolidação da dependência externa: uma análise a partir da perspectiva da formação nacional. **História Econômica & História de Empresas**, v. 20, n. 2, 2017.

FACCHINI, Luiz Augusto. COVID-19: Nocaute do neoliberalismo? Será possível fortalecer os princípios históricos do SUS e da APS em meio à pandemia?. **APS em Revista**, v. 2, n. 1, p. 3-10, 2020.

FAGUNDES, Gustavo Gonçalves. O racismo no caso brasileiro e as raízes da superexploração do proletariado negro. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 45, 2020.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Global, 1975.

FIGUEIRAS, Lígia. **Concorrência**. Instituto Liberal, 2014. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br>.

FIORI, José Luiz. **O nó cego do desenvolvimentismo brasileiro**. *Novos Estudos*, v. 40, n. 3, p. 126-144, 1994.

FRANCISCO, EL HOMBRE. **Tá com dólar, tá com Deus**. In: **Soltasbruxa** [faixa musical]. São Paulo: Deckdisc, 2016.

FRIDERICH, L. E. A importância dos think tanks para a divulgação do neoliberalismo no Brasil. *Faces de Clio - Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História - UFJF*. Vol. 2. N. 4. jul-dez, 2016. p.109-129.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. Porto Alegre: L&PM, 2002 [1989].

GONZAGA, Vanessa. “Quando chove, a gente não dorme”: deslizamentos em Recife escancaram desigualdade urbana. **Brasil de Fato**, Recife, 8 fev. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/08/chuvas-no-grande-recife-quando-chove-a-gente-nao-dorme-diz-moradora>. Acesso em: 5 nov. 2025.

GONZAGUINHA. **Comportamento geral**. In: Luiz Gonzaga Jr. [LP]. Rio de Janeiro: EMI-Odeon, 1973.

GORENDER, Jacob. **A burguesia brasileira**. Editora Brasiliense. São Paulo-SP, 1981.

GROS, Denise Barbosa. **Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil da Nova República**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Campinas/SP: Março de 2002.

GUAZZELLI, Cesar Augusto. A Revolução Chilena e a Ditadura Militar. In: WASSERMAN, Cláudia; GUAZZELLI, C. A. **Ditaduras Militares na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. Neoliberalismo como destruição criativa. **INTERFACEHS - Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**. Vol. 2, n. 4. Tradução. Agosto de 2007.

HAUCK, J. C. R. Think tanks: quem são, como atuam e qual seu panorama de ação no Brasil. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2015

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914 - 1991)**. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, Mark. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2 ed. São Paulo. Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA POLÍTICAS DE SAÚDE (IEPS). **Boletim Radar + SUS n° 2**. São Paulo: IEPS, 2025.

LEÓN, O. E. Democracia burguesa, fascismo y revolución. Caracas: Fundación Centro Nacional de Historia, 2013.

LIMA, Francisco. Telemedicina e a mercantilização da saúde: do discurso inclusivo à exclusão algorítmica. **Blog da Boitempo**, São Paulo, 2 nov. 2025. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2025/11/02/telemedicina-e-a-mercantilizacao-da-saude-do-discurso-inclusivo-a-exclusao-algoritmica/>. Acesso em: 5 nov. 2025.

LOWY, Michael. Um Marx Insólito. In: MARX, Karl. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Boitempo, 2006.

LULA DA SILVA, Luís Inácio. **Discurso proferido na sessão de 22 de setembro de 1988**.

DANC. 23 de setembro de 1988, p. 14313-14314.

LUO, Feijun; FLORENCE, Curtis S.; QUISPE-AGNOLI, Myriam. OUYANG, Lijing;

CROSBY, Alexander E. Impact of Business Cycles on US Suicide Rates, 1928–2007. **American Journal of Public Health**, vol. 101 (6), 2011, p. 1139-1146.

MANGUEIRA (GRES ESTAÇÃO PRIMEIRA DE MANGUEIRA). **História pra ninar gente grande**. Samba-enredo, Carnaval 2019. Compositores: Deivid Domênico, Tomaz Miranda, Mama, Marcio Bola, Ronie Oliveira e Danilo Firmino. Rio de Janeiro: Grêmio Recreativo Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, 2019.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MARQUETTI, Dione; MARQUETTI, Vera. **O suicídio feminino na Grécia Antiga**. *Revista Philologus*, v. 23, n. 69, p. 7–15, 2017.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2023.

MARX, Karl. **Peuchet: sobre o suicídio**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX; ENGELS. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo. Expressão Popular, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; MENEGHEL, Stela Nazareth; CAVALCANTE, Fernando Gonçalves. **Suicídio entre homens idosos no Brasil**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 10, p. 2665–2674, 2012.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (Brasil). **Relatório de**

**afastamentos por saúde mental no Brasil: 2024.** Brasília: MPS, 2024.

MONTAÑO, Carlos. **Um projeto para o Serviço Social crítico.** Revista *Katálysis*, v. 9, p. 141-157, 2006.

NEVES, Eduardo Góes. **Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central.** 2. ed. São Paulo: Ubu, 2022.

NETTO, José Paulo. **A ordem social contemporânea é o desafio central.** 33º Conferência Mundial de Escolas de Serviço Social. Santiago do Chile, 28/31 de agosto de 2006.

NETTO, José Paulo. Desigualdade, pobreza e Serviço Social; in **Revista Em Pauta**, n. 19. FSS-UERJ, Rio de Janeiro, Editora Revan, 2007.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2011.

ODA, Ana Maria G. R. “Escravidão e nostalgia no Brasil: o banzo”. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, São Paulo, v. 11, n. 4, 2008.

OLIVEIRA, Francisco. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000 p. 24-28.

**ORGANIZAÇÃO CONECTAS DIREITOS HUMANOS; CEPEDISA – CENTRO DE PESQUISAS E ESTUDOS DE DIREITO SANITÁRIO (USP).** *Mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil: relatório técnico.* São Paulo: CEPEDISA/USP; Conectas Direitos Humanos, 2022. Disponível em: <http://cepedisa.org.br/publicacoes/>. Acesso em: 5 nov. 2025.

**ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS).** **Suicide worldwide in 2019: global health estimates.** Genebra: WHO, 2019.

**ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS).** **Prevenção do suicídio nas Américas: relatório 2022.** Washington, D.C.: OPAS, 2022.

**ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS).** **The health of adolescents and youth in the Americas.** Washington,

D.C.: OPAS, 2019.

OS ORIGINAIS DO SAMBA. **Esperanças perdidas**. In: *O samba é a corda... Os Originais a caçamba* [LP]. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1972.

OVIDIO; Metamorfoses. **Revista Eletrônica de Estudos Literários**, Vitória, s. 2, ano 7, n. 8, 2011.

PISANI, Giuliano; La desperatio, ultimo vizio nella Cappella degli Scrovegni di Giotto (209-238). in: FRIGO, Gian Franco; **Disperazione: Saggi sulla condizione umana tra filosofia, scienza e arte**. MIMESIS EDIZIONI (Milano – Udine). 2010.

POMAR, Wladimir. Brasil, **crise internacional e projetos de sociedade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

POMAR, Valter. **Roteiro (tentativa) para plenária de novos filiados ao PT**. 2013, online. Disponível: <https://valterpomar.blogspot.com/search?q=322+império> Acesso em 13/06/2022.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1985. (orig. 1978).

RACHEWSKY, Roberto. **Reflexões sobre o individualismo**. Instituto Liberal, 2022. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br>. Acesso em: 1 nov. 2025.

RACHEWSKY, Roberto. **Sobre a desigualdade e a coerção**. Instituto Liberal, 2018. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br>. Acesso em: 1 nov. 2025.

RACIONAIS MC's. **Negro drama**. In: *Nada como um dia após o outro dia* [CD]. São Paulo: Cosa Nostra/Faixa de Areia, 2002.

RIBEIRO, Darcy. **Crônicas Para Jovens**. 1ª ed. Global Editora, 2021.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODA VIVA. RIBEIRO, Darcy. Roda Retrô | Darcy Ribeiro | 1988. (Entrevista) 2015. Disponível em: <https://youtu.be/6r7QDo9yHJk>. Acesso em: 13/09/2022.

SAES, D. (2015). **Capitalismo e processo político no Brasil**: a via brasileira para o desenvolvimento do capitalismo. *Revista Novos Rumos*, 52(1). <https://doi.org/10.36311/0102-5864.2015.v52n1.8481>

SANTAGADA, Salvatore. A situação social do Brasil nos anos 80. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 17, n. 4, p. 121-143, 1990.

SOARES, Marcele Carine dos Praseres. **Para além da imigração europeia: a participação dos negros na formação da classe trabalhadora brasileira**. 2023. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SOUZA, Marina; FERREIRA, Valdemar. **O mito de Jurupari e as flautas sagradas**. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, v. 20, n. 2, p. 201–222, 2014.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VIDALINK. **Check-up de bem-estar 2024**. São Paulo: Vidalink, 2024. Disponível em: <https://www.vidalink.com.br>. Acesso em: 5 nov. 2025.



### **Laorem Janine Pereira de Aguiar**

Doutora e mestra em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Possui especialização em Saúde Mental Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e graduação em Terapia Ocupacional pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Foi pesquisadora colaboradora da pesquisa "Transformações na Atenção Primária à Saúde: Processo de Trabalho e Modelos de Atenção à Saúde no SUS", da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Atuou como funcionária pública do Grupo Hospitalar Conceição, onde trabalhou como terapeuta ocupacional no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas III (CAPS AD III), na internação psiquiátrica e na Atenção Primária à Saúde – neste último, além do apoio matricial às Unidades Básicas de Saúde, foi coordenadora da Residência em Saúde da Família. Em 2025, ingressou como docente do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Pelotas (UFPe) e fundou o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Terapia Ocupacional Crítica (NEPTOC – UFPe).

Em uma sociedade orientada para o lucro de poucos, onde mortes evitáveis se tornam mero custo operacional do sistema, *O Nó da Nossa Solidão: Suicídio e Capitalismo no Brasil* irrompe como um gesto de resistência. A autora nos leva a observar as tramas invisibilizadas que conectam o sofrimento humano às engrenagens do capital; não como metáfora, mas como estrutura que atravessa e produz modos de viver, adoecer e morrer. Laurem de Aguiar revela como as particularidades desse sistema moldam experiências individuais e coletivas, reorganizando expectativas, desejos, afetos e possibilidades de existência. O livro abre espaço para pensar sobre aquilo que nos adoce, nos isola e nos silencia. É um convite a romper com a naturalização da descartabilidade da vida e da banalização do humano. Em última instância, é um manifesto pela dignidade, pela solidariedade e pela reconstrução de um futuro em que a vida possa, enfim, ser plenamente usufruída. Uma leitura necessária em nossos tempos.



ISBN-978-85-5467-646-9



9 788554 676469